

Anexo 8 – Relatório do fator Património

Esta página foi deixada propositadamente em branco

EMERITA

Empresa Portuguesa de Arqueologia

**Relatório sobre o Factor Património
Arqueológico, Architectónico
e Etnográfico do Estudo de Impacte
Ambiental do Parque de Campismo de São
Torpes (Sines)**



**Fernando Robles Henriques
Mário Monteiro
João Caninas**

Março de 2017

Ficha Técnica

Projecto	Parque de Campismo de São Torpes
Âmbito / Fase	Estudo de Impacte Ambiental
Concelho (freguesias)	Sines (Sines)
Processo DGPC	Ex-DRE/2017/15-13/31/PATA/8061 (C.S:156005)
Autoria do EIA	GREENPLAN
Proprietário	ESCAPE – Sociedade de Campismo e Hotelaria de Ar Livre, S.A.
Equipa	Coordenação: Fernando Robles Henriques* Pesquisa documental: Fernando Robles Henriques e Mário Monteiro* Trabalho de campo: Fernando Robles Henriques e João Carlos Caninas* Relatório: Fernando Robles Henriques, Mário Monteiro e João Carlos Caninas Fotografia: Fernando Robles Henriques *Arqueólogo.
Data de execução	18 de Março de 2017
Área de estudo	<u>Área de Estudo (AE):</u> corresponde à área de incidência do projecto e à zona envolvente tal como se definem seguidamente. <u>Área de incidência do projecto (AI):</u> corresponde ao polígono delimitado na cartografia o qual foi objecto de prospecção sistemática e ao corredor da linha de transporte de energia objecto de prospecção dirigida. <u>Zona de Enquadramento (ZE):</u> área circundante da AI estabelecida até cerca de 1 km de distância do limite desta e caracterizada exclusivamente com base em pesquisa documental.



Abreviaturas

AE	área de estudo
AI	área de incidência directa do projecto
CMP	Carta Militar de Portugal
CGP	Carta Geológica de Portugal
EIncA	Estudo de Incidências ambientais
DGPC	Direção-Geral do Património Cultural
IHRU	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
LTE	linha de transporte de energia
Km	quilómetro
m	metro
nº	número
Oc.	ocorrência
PDM	Plano director municipal
ZE	zona de enquadramento da área de incidência do projecto

Índice

Situação de Referência	Introdução Metodologia Pesquisa documental Trabalho de campo
Avaliação de Impactes	Fase de construção Fase de exploração Fase de desactivação
Medidas de Minimização	Fase de construção Fase de exploração Fase de desactivação
Fontes de Informação	Bibliografia Cartografia Planos Entidades Sítios da internet
Quadros	Quadro 1. Síntese da pesquisa documental Quadro 2. Situação de referência do descritor Património Cultural Quadro 3. Avaliação de incidências do descritor Património Cultural Quadro 4. Medidas de minimização do descritor Património Cultural Quadro 5. Medidas de minimização (conceitos)
Anexos	Anexo 1. Ocorrências identificadas na pesquisa documental Anexo 2. Ocorrências caracterizadas em trabalho de campo Anexo 3. Zonamento da prospecção arqueológica Anexo 4. Figuras Anexo 5. Autorização dos trabalhos arqueológicos Anexo 6. Ficha de trabalho arqueológico



SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA

Introdução

A *Memória descritiva e Justificativa* (2016) do Projecto relativo ao Parque de Campismo de S. Torpes, menciona que "o prédio urbano, matriz n.º 6417-P, denominado Herdade de Morgavel, situado em Sines, em resultado de levantamento topográfico solicitado pelo requerente, foi registado com a área total de 84.791,39 m², a área coberta de 687,52 m² e área descoberta de 84.103,87 m², composto pelos seguintes edifícios: casa do guarda, com área coberta de 5,96 m², casa do furo com 4m², balneário 1 com 198,46 m², balneário 2 com 336,86 m², recepção com 142,24 m².

O presente estudo de arquitectura retoma a intenção de regularizar uma maior capacidade do Parque, utilizando apenas uma parte (25.000 m²) da área total do prédio, adequando-o à legislação específica em vigor para o classificar como Parque de Campismo de 3 estrelas. Paralelamente, está a ser executado o projecto para o tratamento de efluentes, o qual será apresentado directamente à entidade licenciadora (APA), uma vez que o sistema existente se afigura desadequado.

O prédio onde se implanta o Parque de Campismo encontra-se previsto na Planta de Síntese do PDM, para esta utilização, com a mesma configuração, ainda que deficientemente implantado em desenho (art.º 52º do Regulamento do PDM), aprovado em data anterior à publicação da R.E.N. cujo extracto se transcreve:

"As áreas turísticas de Vale Figueiros e Morgavel obedecerão aos seguintes condicionamentos:

- a) A ocupação deverá ocorrer na retaguarda das dunas, sendo o acesso às praias, unicamente pedonal, efectuado através de passadelras elevadas, em ripado de madeira;*
- b) A ocupação em Vale Figueiros será constituída exclusivamente por instalações de carácter aligeirado do tipo bungalows;*
- c) A ocupação em Morgavel será constituída por um parque de campismo, com as necessárias instalações de apoio."*

Considera-se que no Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudeste Alentejano e Costa Vicentina (POPNSACV), o Parque de Campismo está igualmente mal cartografado e consequentemente, esta intervenção está parcialmente em, Protecção Parcial I, Área complementar tipo I e em **Área Complementar tipo II**, nesta última onde se enquadram os **parques de campismo** (art.º 20º), cujo extracto se transcreve:

"Área Complementares do tipo II

Artigo 20.º

Âmbito e objectivos

1 — As áreas de protecção complementar do tipo II correspondem a espaços que estabelecem o enquadramento, transição ou amortecimento de impactos relativamente a áreas de protecção total, de protecção parcial ou de protecção complementar do tipo I, mas que incluem elementos naturais e paisagísticos menos relevantes, com um elevado potencial de valorização mediante o desenvolvimento de acções de gestão adequadas.



2 — As áreas de protecção complementar do tipo II compreendem áreas rurais onde é praticada agricultura e silvicultura em moldes e intensidade de que resultam habitats de menor relevância para a conservação da natureza e da biodiversidade, onde a estrutura e as componentes da paisagem devem ser mantidas ou alteradas no sentido da sua valorização.

3 — As áreas de protecção complementar do tipo II integram:

a) As culturas anuais de regadio, os arrozais, as áreas com culturas protegidas, a vegetação ruderal, os povoamentos e bosquetes de eucaliptos, os bosquetes de acácias, as áreas agrícolas do Perímetro de Rega do Mira, os corpos de água artificiais e os sistemas culturais e parcelares complexos;

b) **Os parques de campismo**, bem como as áreas edificadas de povoamento humano disperso, contínuo e descontínuo, áreas industriais e comerciais e outras infra - estruturas ou equipamentos localizados fora de perímetro urbano.

4 — As áreas de protecção complementar do tipo II têm como objectivos:

a) O amortecimento dos impactes ambientais que afectam de forma negativa as áreas sujeitas a níveis superiores de protecção;

b) A reconversão de estufas e viveiros, em caso de abandono ou cessação da actividade, para área agrícola de uso extensivo;

c) A compatibilização da intervenção humana com os valores naturais e paisagísticos;

d) A implementação das medidas de gestão que promovam o uso sustentável dos recursos e o desenvolvimento sócio -económico local, incentivando a fixação das populações e a melhoria da qualidade de vida."

O projecto que se apresenta, obedece aos requisitos para a classificação de 3 estrelas, propondo-se soluções funcionais que correspondem ao programa pré-estabelecido pelo requerente, tendente a oferecer a máxima qualidade a este equipamento ainda que, ocupando apenas 25.000m² dos 84.103,87m² do prédio do requerente (conforme registo na CRP de 07-03-2011), para uma capacidade de 700 campistas, tendo sido eliminados os alvéolos existentes, admitindo-se um máximo de 120 alojamentos complementares- na zona concentrada estabelecida- correspondentes a 25% da área destinada a campistas, sendo a restante área para outros equipamentos campistas.

Na fotografia aérea do IGC datada de 1993, pode constatar-se que as construções actualmente existentes já se encontravam implantadas no terreno, em data muito anterior à data da aquisição do mesmo pelo requerente.

As soluções de projecto utilizadas, visam minimizar a ocupação do espaço de REN conforme se pode constatar em planta, permitindo nas zonas ocupadas a normal infiltração de água nos solos face às suas características de permeabilidade, não colocando em risco, face aos declives existentes e adoptados, a erosão do solo permitindo a manutenção da vegetação autóctone. O Parque existente está dotado de rede eléctrica, telefone, infra-estruturas de abastecimento de água e rede de esgotos domésticos, estes, ligados a um sistema depurador localizado dentro do terreno do requerente.

Pelo facto de se ter constatado que o sistema existente de depuração de esgotos domésticos não é eficaz, será apresentada proposta de E.T.A.R. adequada à proposta de ampliação da capacidade do Parque de Campismo que se apresenta. Todos os alvéolos existentes, estão dotados de tomada de esgotos domésticos, ligada à rede existente, garantindo que as instalações campistas estejam ligadas à rede de

esgotos do Parque de Campismo (*por imposição municipal comunicada ao requerente em 11-08-2004*). É proposta a implantação de 30 recipientes para o lixo”.

O layout fornecido pelo cliente indica a localização da AI do Projecto, em extracto da CMP na escala 1:25.000 (**Figura 1**).

Metodologia

Como âmbito de caracterização do descritor Património consideraram-se achados (isolados ou dispersos), construções, monumentos, conjuntos, sítios e, ainda, indícios - toponímicos, topográficos ou de outro tipo, de natureza arqueológica, arquitectónica e etnológica, independentemente do seu estatuto de protecção ou valor cultural. Estes dados são denominados, de forma abreviada, como *ocorrências*.

A metodologia seguida teve como guia a Circular de 10 de Setembro de 2004 sobre os “Termos de Referência para o Descritor Património Arqueológico em Estudos de Impacte Ambiental”.

A área de estudo do descritor (AE) é o conjunto territorial formado pela área de incidência (AI) do Projecto e por uma zona de enquadramento (ZE). A AI corresponde à mancha delimitada na cartografia do Projecto e foi objecto de pesquisa documental e prospecção sistemática. A ZE é uma faixa envolvente da AI com, pelo menos, 1 km de largura. As ocorrências identificadas na pesquisa documental localizadas na ZE não foram alvo de reconhecimento, tendo como finalidade caracterizar, por intermédio das informações disponíveis nas fontes consultadas, o património cultural conhecido e o potencial arqueológico da AI.

A caracterização do descritor Património foi constituída com base numa pesquisa documental, aplicada à AE do Descritor, e na prospecção sistemática da AI do Projecto.

As ocorrências identificadas na pesquisa documental estão caracterizadas com maior detalhe no **Anexo 1**. As ocorrências identificadas no trabalho de campo estão listadas no **Quadro 2** e caracterizadas com maior detalhe no **Anexo 2**. O zonamento da AI (visibilidade do solo) está cartografado nas **Figura 4** e descrito no **Anexo 3**. Os **N.º** de referência das ocorrências de interesse cultural, utilizados nos quadros e referidos no texto, correspondem às localizações cartografadas na **Figura 3**.

Pesquisa documental

A pesquisa documental, prévia ao trabalho de campo, serviu para caracterizar o potencial arqueológico da AI e para georreferenciar o património cultural pré-existente, passível de reconhecimento posterior. De modo a evidenciar o potencial arqueológico da região, a pesquisa documental abrangeu uma área envolvente (ZE) até cerca de 1 Km de distância da AI.

As fontes de informação utilizadas incluíram bibliografia específica sobre património cultural, o *Plano Director Municipal de Sines*, as bases de dados de organismos públicos com tutela sobre o Património, nomeadamente da Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC - Endovélico) e do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), a cartografia geológica (CGP) e militar (CMP) e outros.

Na AI não estão referenciadas ocorrências de interesse cultural.

Na AE não existem imóveis classificados ou em vias de classificação. No entanto, encontram-se assinaladas cinco ocorrências de natureza arqueológica.



Na base de dados da DGPC (Endovélico) apenas se encontra referenciada uma existência de interesse patrimonial: *Foz da Ribeira de Morgavel* (CNS 3191), identificada em área aplanada situada junto da arriba, imediatamente a sul da foz da Ribeira de Morgavel. É caracterizada como *habitat* com materiais líticos associados de fácies mirenses (?), contextualizável em fase Epipaleolítica / Mesolítica.

Informações gentilmente cedidas pelo arqueólogo Jorge Vilhena, a quem agradecemos, possibilitaram a identificação de cinco sítios de cariz arqueológico, três deles próximos da AE (Ocorrências C e D da pesquisa documental; Oc. 2E).

O Parque de Campismo encontra-se implantado em pleno Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, em área destinada para este uso, quer no âmbito deste Plano (POPNSACV), quer no Plano Director Municipal (PDM). Trata-se de uma área relativamente plana, pouco arborizada, localizada a nascente da duna e paralela à linha de costa. Confinante com a propriedade, a Sul, encontra-se a ribeira de Morgavel.

O terreno é acessível a partir do IC4 / N 120-1. Posteriormente, a ligação efectiva-se através de caminho público que conduz directamente à recepção do complexo.

Meio século de estudos realizados no litoral sudoeste permitiram aferir que foi recorrente a presença humana na beira-mar, resultando num considerável rol de sítios com vestígios arqueológicos diversos datados desde inícios do Holocénico, quando a linha de costa estabilizou, em particular dos períodos culturais Epipaleolítico (10.º a 7.º milénios a.C.), Mesolítico (6.º e 5.º milénios a.C.), Neolítico (5.º e 4.º milénios a.C.), Calcolítico/Idade do Cobre (3.º milénio a.C.) e Idade do Bronze (2.º milénio a.C.). É também evidente o povoamento do litoral de Sines na época romana (séculos II a.C. a IV d.C.) e na época medieval, tanto no período islâmico (séc. VIII a XIII) quanto no cristão (séc. XIII a XV), quando foi ocupada a própria área do centro histórico da cidade de Sines (...) é extensa a informação disponível nos estudos arqueológicos e históricos realizados sobre o litoral de Sines. Esta faixa foi intensamente prospectada no âmbito da arqueologia nas décadas de 1940 e 1950 pela equipa dos Serviços Geológicos de Portugal, novamente na década de 1970 pela equipa do Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal afecta ao Gabinete da Área de Sines, e na década de 1980 quando a mesma equipa colaborou com a Área de Paisagem Protegida do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, antecessora do actual Parque Natural (Vilhena, 2017).

A praia de São Torpes estende-se por 1,5 km e localiza-se a sul do Complexo Ígneo de Sines, onde está instalado o Porto de Sines, perto da Central Termoelétrica da EDP. Esta praia apresenta uma face de praia com características morfológicas do tipo intermédio-dissipativa, bermas (podendo incluir crescentes de praia) e um extenso terraço de maré. É limitada por uma pequena arriba com 2 a 5 metros de altura, constituída por areias e cascalheiras do Pliocénico-Pleistocénico e grauvaques, quartzitos e pelitos do Carbónico. No local é possível observar afloramentos de rochas sedimentares pelíticas do Carbónico rodeados por areia fina da praia de cor clara com manchas escuras que representam concentrações de minerais pesados. A ribeira que desagua na praia transporta cascalheiras que também são observadas para sul junto à arriba. Sobre este conjunto surge um campo dunar com vegetação. Os sedimentos da praia estão representados por cascalheiras e areias muito finas. As cascalheiras, que resultam da erosão dos depósitos mais antigos do Pliocénico-Pleistocénico, são constituídas essencialmente por calhaus rolados de rochas sedimentares do Carbónico ou rochas ígneas do Complexo Ígneo de Sines. Para sul pode observar-se que os depósitos cenozóicos da bacia de Alvalade surgem discordantes sobre as rochas sedimentares do Carbónico da Zona Sul Portuguesa. As areias e cascalheiras do Cenozóico surgem em camadas horizontais sobre as camadas inclinadas de grauvaques e argilitos do Carbónico (foto 1). Nota-se a presença de calhaus rolados de rochas sedimentares e ígneas tanto nos depósitos de cascalheira e areia do Pliocénico-Pleistocénico como na praia actual que cobre as camadas de rochas sedimentares muito inclinadas do Carbónico (<http://atlas.cimal.pt/drupal/?q=pt-pt/node/197>). Junto à AI, as dunas periféricas assentam sobre afloramentos laminados proeminentes.



Foto 1. Pormenor geológico da região.

A AI caracteriza-se como relativamente plana, pouco arborizada, localizada a nascente da duna e paralela à linha de costa. Confinante com o prédio, no extremo Sul da propriedade, corre a Ribeira de Morgavel. Encontra-se representada cartograficamente. Nesta fase, o caudal não é relevante, apresentando pontos de aparente estagnação. No que concerne ao Património, o diagnóstico de incidências não revelou situações críticas ou particularmente danosas, uma vez que não existem sítios, estruturas ou monumentos de interesse arqueológico ou arquitetónico na AI.

Tres legoas de Santiago de Cacem para o Ponte tem seu assento a Villa de Sines, fundada em huma angra, que faz a ponta de Troya até o Cabo de S. Vicente, ficando a enseada algum tanto imminente ao mar, em que desaguão os rios Regalvo, Borbolegão, & Junqueira. Tem seu Castello, & està hoje fortificada com dous Baluartes petrechados de grossa artelharia, & tem huma calheta, em que se recolhem as barcas, que sahem a pescar, & fazem a terra abundante de bom pescado, & marisco. Tem quinhentos visinhos com huma Igreja Parroquial da invocação do Salvador, com Prior, & tres Beneficiados da Ordem de Santiago, de que he Commenda, Casa de Misericordia, Hospital, & estas Ermidas, N. Senhora das Salas, Santa Catherina, S. Giraldo, S. Marcos, S. Pedro, & hum quarto de legoa da Villa hum Convento de Frades Franciscanos. He abundante de bons vinhos, melhor carneiro, & de muita caça de volataria de arribação, que frequentão suas ribeiras. O seu termo são tres legoas de comprido, & duas de largo: tem huma fortaleza, que chamão da Ilha, fabrica delRey D. Pedro o Segundo, a qual està fundada defronte da Ilha do Pessegueiro, & tem huma Ermida de N. Senhora da Queimada, a quem os Mouros puzerão fogo, ficando illesa a sua imagem. Tem mais huma Ermida de S. Bertholameu, & outra de N. Senhora dos Remedios. Assistem ao seu governo civil hum luiz ordinario, tres Vereadores, hum Procurador do Concelho, Escrivão da Camera, hum Juiz dos Orfãos com seu Escrivão, dous Tabelliaens do Iudicial, & Notas, & hum Alcayde. Ao militar tem huma Companhia da Ordenança, & outra de Soldados pagos com hum Governador da Villa, & seu termo. Para esta Villa foy tresladado o corpo do glorioso Martyr São Torpes da Cidade de Piza, onde foy matyrizado na perseguição do Emperador Nero, de quem era grande privado, & o tyranno o mandou meter em huma barca velha com hum gallo, & hum cão para que fosse comido dos animaes, ou peixes, indose a barca ao fundo: mas governada por hum Anjo, navegou tam prosperamente, que sahindo pelo estreiro de Gibraltar ao mar Oceano, veyo aportar na praya desta Villa, aonde huma senhora Christãa chamada Celerina, amoestada em sonhos por Deos, sepultou o santo corpo junto à praya com grande honra aos 17. de Mayo, edificando no mesmo lugar huma Igreja dedicada a seu nome, da qual, & da sepultura do Santo, & seus olhos se achãrão alguns sinaes, & indícios no anno de 1591. fazendose diligenciar por ordem do Senhor D. Theotonio de Bragança, Arcebispo de Evora, a quem isto foy encomendado pelo Summo Pontifice Xisto Quinto. Este dia de sua Tresladação se celebra aos 17. de Mayo, posto que seu martyrio foy a 29. de Abril.

Padre António Carvalho da Costa. **Corografia Portuguesa:**
Tratado III. Da Comarca de Campo de Ourique. Capítulo XIII. Da Villa de Sines. (1706-12).



No litoral a Sul de Sines, próximo da praia de S. Torpes, formações turfosas foram datadas de 34490 $\pm$ 2340 e 42240 BP (= 1950). Embora arqueologicamente estéreis, concedem interessantes informações paleoambientais. Análises palinológicas revelaram uma associação polínica de carácter temperado própria de um interestádio médio do *Würm*, o que resultará, posteriormente, em alterações ambientais favoráveis a mudanças na dieta das comunidades humanas (AAVV, 1993).

No início dos anos 90 do século transacto, considerava-se que o estudo do Paleolítico no Distrito de Setúbal se encontrava condicionado pela predominância materiais recolhidos à superfície relativamente a contextos estratigráficos intervencionados. A Estação de Ar Livre da *Praia do Norte* (CNS 18940), implantada em área plana situada junto da arriba, na extremidade sul da praia, representa a presença de comunidades durante o Paleolítico Superior e continuidade durante o Mesolítico. Os habitats encontravam-se distribuídos por dois núcleos, separados por uma linha de água.

No interior da AE, integrada na costa atlântica Sudoeste (entre o Cabo de Sines e o de S. Vicente), verificou-se a existência posterior de vestígios de exploração de recursos costeiros e, em simultâneo, de reservas terrestres e cinegéticas, indiciando penetrações para o interior do território: *alguns autores distinguem duas grandes fases no período que se sucede imediatamente ao fim da glaciação de Würm, durante o qual, pelas alterações ambientais ocorridas, as comunidades humanas são forçadas a modificar o seu regime alimentar, acentuando-se a importância da recollecção e da pesca durante o Epipaleolítico (mais antigo) e Mesolítico (AAVV, 1993).*

O Epipaleolítico do Litoral Alentejano é caracterizado pela ocorrência de macro-utensilagem de base nuclear, associada a abundantes indústrias de lascas e a escassas produções leptolíticas de sílex (AAVV, 2012). *Machados Mirenses concentram-se fortemente num troço de costa compreendido entre o Cabo de Sines e a praia da zambujeira; são em número elevadíssimo, constituindo mesmo, ao longo de quilómetros, uma mancha contínua, onde a definição de sítios particulares é sobretudo dada pelo relevo e mobilidade da cobertura dunar moderna; constituem-se por locais com número muito variado de artefactos, desde as poucas dezenas, frequentemente em torno de uma estrutura de combustão, até às dezenas de milhar; os conjuntos arqueológicos aí registados, sobretudo nos locais mais representativos, são constituídos por artefactos de natureza variada, incluindo estruturas de combustão, placas e bigornas, alisadores, pedras com covinhas, manuportes, etc., para além dos artefactos talhados propriamente ditos, os quais são também muito diversificados (seixos e núcleos, lascas de muitos tipos, por vezes com óbvios indícios de uma padronização que as constitui em possíveis utensílios a posteriori, etc.) e com largo predomínio dos restos de talhe; as peças mais típicas, como o machado mirenses, pode nem sequer existir nestas estações (Raposo, 1997).*

Junto da arriba, em amplas áreas planas, abertas e arenosas, surgem *habitat* do Mesolítico (com uma indústria lítica caracterizada pela abundância de geométricos trapezoidais). Realizaram-se escavações em *Vale Marim* (entre Sines e S. Torpes) e na *Samouqueira*, junto à praia do mesmo nome, a Norte de Porto Covo. Neste último arqueossítio, com restos de fauna preservados, desenvolvia-se uma estratégia de subsistência de largo espectro com a exploração de amplo leque dos recursos disponíveis: recollecção de marisco, pesca e caça (de javali, auroque, veado, lebre) (AAVV, 1993). Nestes locais encontram-se depósitos de acumulação de resíduos resultantes de ocupações arqueológicas sucessivas do espaço, de difícil distinção entre fases temporais.

O Mesolítico encontra-se bem representado na costa a Sul de Sines. De meados do VIII Milénio BP a meados do VI Milénio BP, populações recolectoras de marisco, pescadoras e caçadoras (...) integradas num meio de elevada produtividade biológica, mantiveram, por cerca de dois milénios, um equilíbrio demográfico – ecológico que dispensou uma adesão precoce às técnicas agrícolas e de criação de gado. Os seus povoados, conhecidos vulgarmente pelo nome de concheiros em resultado dos enormes volumes de conchas de moluscos (berbigão e lamejinha) acumulados, pontuando paisagens planas, associavam o espaço de vivência dos vivos (*habitat* propriamente dito) e a necrópole. Subjacente a este contexto,

Joaquina Soares (1996) reforça a associação entre concheiros e necrópoles, como modelo de *importante desenvolvimento dos índices de sociabilidade e encontram-se invariavelmente associadas, quer na costa sudoeste portuguesa, na Bretanha ou no sul da Escandinávia, a economias de largo espectro, em processo de intensificação económica, nomeadamente pela via do desenvolvimento da pesca e / ou do armazenamento (os recursos marinhos detêm posição relevante). Praticam estratégias de mobilidade logística e possuem indícios de sedentarização relativamente elevados. Estas populações, em situação de "stress", adaptarão novas formas de intensificação económica como a agricultura, a criação de gado ou a cerâmica. Com elas começa, activamente, o processo de neolitização. O ritmo deste processo depende, sobretudo, de factores locais / regionais como a situação de equilíbrio / desequilíbrio entre populações, suas estratégias de subsistência e recursos naturais do que propriamente da disponibilidade das inovações neolíticas, em rápida circulação pelo continente europeu.* As Estações de Ar Livre de **Cabo de Sines** (CNS 10715) e **Vale Marim 1** (CNS 149) enquadram-se nesta fase evolutiva.

Segundo alguns autores, a utilização da característica jangada de S. Torpes poderá remontar às últimas sociedades de caçadores-pescadores-recolectores semi-sedentários, que há 8000-7500 anos povoaram significativamente o Alentejo Litoral, em especial o troço de S. Torpes a Porto Covo (**Vale Marim 1** e **Sarmouqueira**), e sulcavam o mar próximo, em busca da maior parte do seu sustento (...) comunidades da transição do Mesolítico para o Neolítico Antigo da costa sudoeste conheceram uma apreciável redução da sua mobilidade territorial, baseada provavelmente em núcleos familiares constituídos por sete a oito indivíduos (Soares, 1996). Testemunhos desta interpretação sustentam-se em sítios como **Vale Marim 2** (CNS 21774), caracterizado como mancha de ocupação Mesolítica e do Neolítico Antigo. Localiza-se sobre uma plataforma costeira, de relevo muito suave e com reduzida variabilidade altimétrica. Implantado em pequeno cabeço e rodeado por duas pequenas linhas de água, assume as características típicas deste tipo de ocupação.

A investigação arqueológica assegura que o processo de arranque da Neolitização poderá recuar à transição do VI para o V Milénio. Durante este momento de desenvolvimento cultural, com o surgimento de comunidades produtoras de alimentos, domesticação de algumas espécies animais e aparecimento de formas de culto documentadas, *ter-se-á assistido a um acréscimo de povoados e comunidades, fenómeno comprovado nos **habitat** e Estações de Ar Livre de **Brejo Redondo 2** (CNS 23281), **Vale Pinel 1** (CNS 3326), integráveis no Neolítico Antigo. Posteriormente, em continuidade temporal, **Brejo Redondo 1** (CNS 23280), **Poveira** (CNS 5221) e **Palmela** (CNS 23279), evoluindo para realidades como os povoados do Neolítico Final de **Cerro do Espinho** (CNS 4665) e **Vale Pinel 2** (CNS 12848), podendo este último ser enquadrado em contexto Calcolítico.*

Os locais designados como **Herdade do Pego** (CNS 34770) e **Pego da Vaca 1** (CNS 2371) consubstanciam horizontes de atribuição indeterminada, embora centrados na Pré-História do território.

Monte Novo 1 (CNS 148), povoado fortificado, *consubstancia cronologia transitória: recinto megalítico, de planta ovalada, certifica estratégia de segurança adoptada durante o Neolítico Final. Foi reutilizado em período Calcolítico, talvez por motivos de carácter defensivo. Consequentemente, atesta a dinâmica populacional que caracterizava, na região, esta fase temporal, baseada em aglomerados com origem no início do III milénio a. C., podendo sobreviver a inícios do II milénio. Ocupando uma área restrita, implantado em zona elevada, detinha de boas condições de defesa. Em simultâneo, encontrava-se circundado por importante linha de água e terrenos férteis. A subsistência estaria assegurada pelo acesso à agricultura, pesca, caça e recolção.* Em **Monte das Oitavas** (CNS 33580) foram igualmente identificados vestígios de superfície de características análogas.

Defende-se que as comunidades proto-históricas terão surgido em maior número, provavelmente, no final da Idade do Bronze (1000 - 700 a.C.). Em **Provença** (CNS 3330) e **Quilária** (CNS 3426) *foram detectados núcleos de povoamento e respectivas necrópoles de idêntica associação.*

Vestígios da Idade do Ferro persistiram na região, nomeadamente na *Herdade do Gaio* (CNS 3076), onde uma necrópole púnica da Idade do Ferro Orientalizante (sec. VII-VI a.C.) forneceu, entre outros, materiais de ouro (duas arrecadas, gargantilha, elementos de colar), contas oculadas de pasta vítrea, âmbar, cornalina e/ou anforisco de pasta vítrea. O conjunto encontra-se *Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público*.

Resultado da influência romana, o território adquire maior relevância e estabelece ligação entre o litoral e o interior, entre as capitais de província e as sedes dos *conventus* ou as cidades mais importantes. Incluído nos *Caminhos do Sul*, a *Via XIII*, entre *Salacia* (Alcácer do Sal) e *Ossonoba* (Faro), é esquematicamente apresentada no *Itinerário de Antonino Pio*. Parece, por isso, tratar-se de uma mera derivação ou ramal da *Via XII*, a partir de *Salacia*. Em ponto intermédio, faria inflexão na direcção do litoral, servindo Sines e Miróbriga. *A primeira seria porto de mar da segunda, mas a sua importância deveria ser acrescida, desde logo, pela sua natural condição de "finisterra". O aglomerado urbano seria promovido a "municipium" em época flaviana e deveria ser capital de um extenso território (...) de grande importância simbólica também em período romano, mas eventualmente acrescida com os inícios do cristianismo, o exemplo do "locus sacrum" de São Torpes é particularmente paradigmático. A ocupação visigótica de Sines indica um local de grande relevância, com um templo de culto do qual existem numerosos elementos arquitectónicos, muitos deles reaproveitados nos panos de muralha do castelo. Em época romana, Sines foi um importante centro industrial, ligado à produção de preparados de peixe e também de contentores cerâmicos, além da sua natural vocação de porto de mar* (Carneiro, 2009).

Na área que confina a Sul com o *Castelo de Sines* (CNS 4173), classificado como *IIP - Imóvel de Interesse Público*, surgiram estruturas pertencentes a uma unidade fabril de salga de peixe da época romana, assim como um forno de olaria. Documentos epigráficos presentes nas muralhas do castelo indiciam, ainda, a provável presença de um templo erguido durante o séc. VII d.C. (Alta Idade Média; Visigótico?).

A eventual *Villa de Courela dos Chãos* (CNS 18542; balneário e cerâmicas dos séculos I-V d.C., sobretudo do período tardo-romano), com associação provável à necrópole de *Feiteira* (CNS 23257), a mancha de ocupação reconhecida em *Amorijas da Cima* (CNS 33579) ou os vestígios diversos de *Monte Novo 2* (CNS 23282) são ilustrativos do vigor imposto em Época Romana.

Testemunhos, por excelência, da navegação ao longo da costa atlântica da Península Ibérica na Antiguidade, os cepos de âncora em chumbo são habitualmente enquadrados em época Romana, mas, na realidade, considera-se actualmente que a sua utilização se terá generalizado a partir do séc. IV a. C., verificando-se no Mediterrâneo a esmagadora maioria deste tipo de achados (...) isolados, sem contexto arqueológico associável. Em 1967, foram descobertos dois exemplares próximos nas imediações da praia de S. Torpes, mais especificamente a Sul de Sines e do mar do Burrinho, durante a maré vazia, a 150m ao largo, no extremo Sul da dita praia, no enfiamento do Barranco da Amoreira, na convergência entre a Herdade da Provença com a Herdade de Mergenil. Corresponderão, eventualmente, a perdas por naufrágio, tendo pertencido ao mesmo navio. Tipologicamente, são descritos como sendo de *Alma de Madeira* (tipo 4 de *Kapitan*). Um deles apresenta na face esquerda de um braço um relevo oblongo que se prolonga obliquamente para o lado do encaixe por um círculo perfeito. Não se conhecem paralelos, muito embora a representação de círculos isolados, sem ser frequente, se observe, por exemplo, em modelos recuperados nas imediações de Ceuta (Alves *et alii*, 1988 – 1999)

De Época Moderna, a *Capela de Nossa Senhora das Salvas* (CNS 11695), também conhecida como *Nossa Senhora das Salas*. Segundo a tradição teria sido D. Betaça quem, em início do século XIV, teria mandado construir a primitiva ermida dedicada a Nossa Senhora. Esta seria um simples edifício com uma fonte santa no seu interior. A construção do actual edifício remonta à época quinhentista, no mesmo local (ou muito próximo) da primitiva ermida, que se encontraria arruinada. Apesar de várias vicissitudes durante a sua construção a sagração da ermida dá-se em 1529. Sofreu obras de reconstrução e embelezamento, após o terramoto de 1755, no primeiro tramo da abóboda e na fachada principal. A denominação do orago

é alvo de algumas especulações. O topónimo salas derivaria de Salgas, pois esta zona, próxima do porto de pesca, seria local de salga de peixe desde tempos antigos (<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt>).

Fragmentos de quotidiano em Época Moderna surgem em locais como *Largo Poeta Bocage / Necrópole da Igreja de São Salvador* (CNS 34123; necrópole associada à antiga Igreja do Salvador, actual Igreja Matriz); *Rua Teófilo Braga* (CNS 33341; silo) e, ainda, *Monte Feio* (CNS 36218), onde foram recolhidos diversos materiais arqueológicos na construção da ETAR da actual REPSOL, localizada no Monte Feio, na década de 85. A ficha de identificação da proveniência dos materiais existente no Museu de Sines aponta a sua localização para a ETAR (ZIL Norte, junto a Monte Feio). O seu espólio foi entregue a José Miguel da Costa a 5 de maio de 1984 por Rui Vila Nova e João Machado. Atualmente o Monte Feio é caracterizado pela Zona Industrial de Pesada de Sines. Os achados localizam-se na propriedade da REPSOL Polímeros que tem também uma casa senhorial com capela. Até à data não foi identificado nenhum documento que identifique esta propriedade. Há também espólio neolítico recolhido nas vinhas dessa propriedade e que se encontra no Museu Nacional de Arqueologia. A mais antiga menção à Herdade do Monte Feio data do século XVII. Foi uma propriedade agrícola onde residiam os trabalhadores agrícolas e sabe-se que em 1840 a herdade tinha três fogos (<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt>).

A análise toponímica pode revelar-se um complemento valioso no que concerne ao enquadramento histórico de diversos territórios. Defende-se que a denominação Sines pode ter origem no assentamento de uma comunidade de origem celta: os Cinetos. No entanto, alguns autores denunciam a derivação de étimo latino Sinus (baía). Esta angra apenas em Época Romana foi encarada como núcleo portuário e industrial privilegiado pelas condições naturais, provavelmente subordinada à antiga cidade de Miróbriga (Santiago do Cacém). Admite-se a deturpação posterior da designação original em período de domínio Islâmico.

A região de São Torpes deve o nome a uma lenda que, como normalmente acontece, é transmitida, de forma sucessiva, com pequenas alterações. Como informação histórica, deve interpretar-se com algumas reservas: um pouco a Sul de Sines, chegou um dia uma jangada de canas com o corpo de um santo acompanhado de um cão e de um galo. O santo era Salvio Torpes, um protegido do imperador romano Nero, que caiu em desgraça por abraçar a fé cristã. Teria sido decapitado e lançado às águas do rio Arno em Itália, [acompanhado por um cão e um galo, com intenção de que os animais se alimentassem dos restos mortais, o que não viria a acontecer] tendo chegado àquele ponto do litoral alentejano. A viúva de um governador romano de Évora, de nome "Celerina" (em algumas versões Catarina), avisada do que se passava por um sonho, descobre o corpo e providencia um caixão e o seu funeral. É esta a parte principal da lenda da origem do nome da praia de S. Torpes. O Nome "Torpes" deve provir de "TRP" que se relaciona certamente com "alimento fresco, peixe fresco". Era portanto o nome dado a uma aldeia de pescadores local que por certo usava as jangadas de canas que ainda há pouco tempo serviam para a pesca naquela baía de águas calmas. No entanto, curiosamente, "TÁEARPU" significa "espírito ou herói errante regressado", e deve ter sido essa coincidência que veio a relacionar a aldeia de pescadores com o S. Torpes. A "Celerina" ou "Catarina" de Évora, que é quem enterra o corpo do santo, ganhou o nome de "KALUARON" que quer dizer precisamente "encerrar no caixão" (e é de Évora e não de outra terra, porque "ÊEVR" é "astrólogo"). Quanto aos enigmáticos animais que acompanhavam o santo na sua viagem na jangada de canas, um galo e um cão, não são mais que a adaptação ao português actual do nome fenício para "jangada de canas": "GÔL KON" significa literalmente "jangada de canas". Quando a lenda, passada de geração em geração, foi sendo contada em português actual, manteve alguns termos da versão original em fenício, mas estes adoptaram novas funções: a capacidade de adivinhar (ÊEVR) foi convertida em Évora, o "encerrar no caixão" (KALUARON) passou a nome de gente, CELERINA, e o nome da embarcação local (GÔL KON) criou animais que acompanhavam o corpo (GALO e CÃO) (...) Entretanto o corpo sem a cabeça de S. Torpes foi dar à costa francesa da Provença, numa praia que mais tarde se chamaria Saint-Tropez. Agora o que é curioso na parte mais real desta lenda é que a actual praia de S. Torpes praticamente confina com uma herdade que se chama da Provença



(<http://mariamelecanela.blogspot.pt>). Existem versões contraditórias relativamente às partes do corpo que chegaram aos pontos de costa portuguesa e francesa.

Junto à foz da ribeira da Junqueira, situa-se a base de um cruzeiro, em cantaria, que assinala o local onde foram encontradas as supostas relíquias de São Torpes, em 1591. Por ordem do Arcebispo de Évora procederam-se a escavações no local, descritas minuciosamente em acta, tendo surgido vestígios de uma anta com diversas ossadas acompanhadas de peças de cerâmica e de um ídolo placa, cujo paradeiro hoje de desconhece, mas das quais nos chegaram diversas descrições e desenhos. Levadas para a Igreja Matriz, depois de reconhecidas oficialmente como relíquias do santo, foram depositadas na capela do Corpo Santo, enquanto dois dos esteios de pedra foram colocados a ladear a porta do templo. Hoje, no local, apenas resta a base do cruzeiro com a inscrição: "O S. r S. Torpes / Este calvario mandou fazer e assentar o Capitão Alexandre de Campos Brº / anno de 1783". Escavações efetuadas no local por J. G. da Cruz e Silva revelaram um arqueossítio ocupando uma pequena elevação nas proximidades, junto da praia, que parece corresponder a um povoado, provavelmente do Neolítico Final, hoje desaparecido (<http://www.sines.pt/>).

O "Numeramento de 1527", recenseamento executado à escala nacional indicava que, na região do Baixo Alentejo, a verdadeira periferia se situava nas serras mais acentuadas que separam o Alentejo do Algarve, bem como nas serras de Grândola e do Cercal, entre o vale do Sado e a Costa. Naquelas, o último núcleo urbano era Almodôvar – o único com algum peso a sul de Ourique; nestas, Santiago do Cacém acocorada sobre a sua encosta e, em menor grau, Sines. Os solos muito pobres não favoreciam a produção de cereal (Mattoso et alli, 2010).

Por iniciativa do arcebispo de Évora, D. Teotónio de Bragança, em Junho de 1591, foi registado o aparecimento de ossadas humanas e espólio associado, atribuído então à sepultura de S. Torpes. Escreveu-se no inventário: "Eu Pedro Lopes, notário apostólico [...] faço fê que o que nesta caixa está é o seguinte: a ossada que se tirou da sepultura na foz da Junqueira termo desta vila de Sines; a terra que se tirou dos ditos ossos ao tempo que se acharam; uma pomazinha quebrada de barro que se achou na dita sepultura; uma estampa de pedra preta debuxada que se achou na dita sepultura [...] está mais nesta caixa um casco de cabeça que foi achado à porta da sepultura da banda de fora; está mais uma pedra preta que se achou fora do vestígio [...] fica mais de fora outro caixão que tem a ossada dos corpos que estavam de fora do circuito, fora da sepultura, o que tudo foi tirado dela em os sete dias do mês de Junho da qual tirada, e diligências que se faz sobre isto" (Vasconcelos, 1914; Soledade, 1973). Em 1695, os ossos foram enterrados na igreja matriz, na capela de S. Frei Pedro Gonçalves, de onde viriam a desaparecer quase completamente, levados pelos crentes como relíquias do santo. Em 1746, Lis Velho apenas encontrou no local escassos ossos, uma calote craniana, um pequeno vaso cerâmico, ou seja, a pomazinha de barro inventariada em 1591 e uma placa de xisto gravada, também registada em 1591, como estampa de pedra preta debuxada. Este achado arqueológico (sepultura colectiva do Neolítico final, com cerca de 5000 anos), de que sobraram o recipiente cerâmico e o idólio em xisto (Tavares da Silva & Soares, 1981), foi ainda observado no sacrário da Igreja da Misericórdia de Sines, por José Leite de Vasconcelos em 1914, permitindo compreender a lenda e a sua função explicativa na ordenação de acontecimentos anómalos para o conhecimento sobre o Passado humano, durante o Renascimento. A veneração de S. Torpes em Sines encontra-se ainda documentada por monumento epigráfico instalado no local onde supostamente teria existido a sepultura do santo. A paisagem ancestral que subsistiu até à década de 70 do século passado foi intensamente industrializada de acordo com o projecto iniciado pelo Gabinete da Área de Sines, mas, no imaginário popular, o carácter mágico do lugar persiste graças à preservação da cultura imaterial e ao mesmo mar espraiado por extenso raso de maré (<http://setubalrede.pt/canal/lenda-de-s-torpes/>). Nas II^{as} Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses, realizadas entre 13 e 15 de Outubro de 1972, Fernando Castelo Branco apresenta uma comunicação em que adianta a hipótese de o "suposto túmulo de S. Torpes" ser, na realidade, um dólmen ou monumento megalítico tumular colectivo.

As Memórias paroquiais de 1758 (Sines, Ourique; vol. 35, nº 177, p. 1311 a 1326) descrevem a organização básica do território: *A villa de Sines fica na Provincia do Alentejo, pertence ao Arcebispado de Évora e he da comarca do Campo de Ourique [...] Tem de prezente esta villa e termo quatrocentos e outenta vizinhos [...] Tem mil setecentas e quarenta e sete pessoas de hum e outro sexo entre grande e pequenos, de sete annos para sima. Está situada esta villa na parte mais occidental da Provincia do Alentejo junto ao mar oceano em huma ponta de terra de península que forma a costa de Norte e Sul [...] He povoação mais antiga [...] porque della fazem memoria os escritores antigos falando do glorioso São Torpes que foi Martir do primeiro seculo governando Nero o Imperio Romano. Desta villa não se descobrem povoaçõins algumas mais que tão somente o castello da villa de Santiago de Cacem que dista três legoas para a parte do Nascente. Tem esta villa termo seu, nelle não há lugares ou aldeyas mas só vários cazais [...] Fora desta villa em pouca distancia para a parte do Levante esta hum Conventoi de religiosos Franciscanos que pertyence à Provincia dos Algarves. O seu orago he Sancto Antonio. He conventinho pequeno e terreyro edificado sobre as roxas do mar nas quais esta batendo continuamente, de sorte que nos temporais grandes chegão a entrar pela janella conventual os salpicos e espumas das ondas que batem nas roxas. A sua ordinária comunidade he de doze religiosos nem tem capacidade para mais pela siua pequenas. Não tem Padroeiro algum. [...] que principiara por huma Ermida do SAncto que ali fundara hum naufragante por voto [...] Para a parte setentrional em alguam pequena distancia mas ainda há vista da villa estava huma pequena Ermida de São Pedro; já antes do Terremoto estava arruinada mas com elle ficou totalmente demolida [...] Mais adiante e para a mesma parte hum quarto legoa distante desta villa esta outra Ermida não pequena de São Bartholomeu aonde se diz Missa todos os Domingos e dias Sanctos para mayor comodidade dos moradores vizinhos daquela Ermida de outros mais distante que ficao para aquela parte do termo [...] Os fructos que com amis abundancia colhem os moradores desta villa são vinhos cuja abundancia da provimento deste género a outras terras por preço muito moderado [...] São vinhos ordinários e não dos mais generosos que há no Alentejo. Tem também pescarias da costa de muito e bom pescado especialmente de verão, contribuindo para isto uma bia armação que todos aos anos lanção ao mar em huma baía que forma a costa do sul aonde colhem tanta quantidade de peixe especialmente miúdo que carregam muitas embarçaõins para vários portos deste Reyno e os arrieiros para varias terras do Alentejo adentro [...] Há também alguma lavoura na villa e termo de que se colhe trigo, milho, cevada, centeio e alguns legumes [...] No termo há duas pequenas ribeyras que so no inverno se fazem caudalosas [...] ambas correm de Nascente a Poente e dezaguão no mar. Pouco mais de legoa terá cada huma desde o seu nascimento athe a sua fox. Ficam ambas para a parte do Levante. Dista huma desta villa huma grande legoa e se chama a Ribeyra da Junqueyra; dista a outra legoa e meya e se chama a Ribeira de Murgavel [...] na de Murgavel há um único moinho que moe só de inverno [...] na de Junqueira há quatro moinhos que pouco moem de verão por falta de agoa. Na fox desta ribeira de Junqueyra que he na praya está a sepultura de São Torpes asignalada com huma crux, o qual sendo martirizado em Piza por mandado de Nero veyo ter aos [...] praya metido em huma barca velha com hum cão e hum galo [...] Pouco mais acima em menos distância de hum quarto de legoa nas margens da mesma rybeira está hua Ermida em que se venera huma imagem de nossa senhora com o titulo dos Remédios com a qual os moradores desta villa e termo tem também grande devoção [...] Está esta Ermida edificada em huma Erdade intitulada da Provença [...].*

A análise de alguns investigadores defende que Sines não passou, durante muito tempo, de um pequeno porto de abrigo que apenas servia um centro urbano modesto: Santiago de Cacém. As vultosas obras começadas pelo Estado Novo tentaram transformá-lo em grande porto oceânico e, simultaneamente, polo de desenvolvimento para o Alentejo Ocidental. Tomou-o, em vez disso, um dos maiores portos portugueses através dos quais o país recebe a energia nacional. Mas não só se vê que Sines tenha tido uma acção positiva sensível sobre o hinterland que lhe está próximo. Tomou-o um anexo da área Metropolitana de Lisboa, sem conseguir impulsionar o desenvolvimento regional. Dir-se-ia que já não pertence ao Alentejo (Mattoso et alli, 2010).

Em resumo, relativamente ao território administrativo, transcreve-se aqui um resumo histórico relativo ao Concelho de Sines: *da Pré-História aos dias de hoje foram o mar e os seus recursos que definiram a*
Relatório sobre o Factor Património Arqueológico, Arquitectónico e Etnográfico do Estudo de Impacte Ambiental
do Parque de Campismo de São Torpes (Sines)



economia, a cultura, a composição e até o caráter das gentes de Sines. Há vestígios da existência de populações humanas em Sines desde a Pré-História, sobretudo do Neolítico e da Idade do Bronze. Ainda hoje é possível ver essas marcas longínquas dos “primeiros sinienses” em estações arqueológicas como Palmeirinha, Quitéria e Pessegueiro (“Cemitério dos Mouros”), no sul do concelho. Do período da Idade do Ferro, a presença celta é uma hipótese colocada pelo historiador Arnaldo Soledade, que no seu livro “Sines Terra de Vasco da Gama” elabora sobre a possibilidade de ter existido um castro onde é hoje o Castelo e de a toponímia de Sines ter como origem o povo “cineto”. Mais nítida é a marca deixada pelos Cartagineses, que aponta para a relevância comercial desta zona mesmo antes da chegada dos Romanos. Em 1966, é achado numa herdade do concelho o vestígio mais espetacular da colónia púnica em Sines: o Tesouro do Gaio, que pode ser visto atualmente no Museu de Sines. O povoamento estável do coração de Sines - zona do castelo - começa com os Romanos. As qualidades da baía - protegida das nortadas - num litoral alentejano com pouco abrigos naturais tornam-na o porto da cidade de Miróbriga, a 17km. Uma das hipóteses de origem da toponímia de Sines deriva, aliás, do étimo latino “sinus”, que significa baía ou seio, a configuração do cabo visto do alto do Monte Chãos. No período romano, Sines torna-se também um centro de produção de salga de peixe, função em que é progressivamente substituída pela Ilha do Pessegueiro, cujo canal era outro raro ponto abrigado da costa alentejana. A Alta Idade Média é o período mais obscuro da história de Sines. Um conjunto notável de cantarias encontradas em vários monumentos da cidade, retiradas de uma basílica do século XVII, atestam a presença visigótica neste local, mas os vestígios da ocupação árabe são reduzidos, o que poderá significar que Sines é abandonada nesse período. Em meados do século XIII, Afonso III conquista esta zona para o estado cristão de Portugal e integra a povoação de Sines na Ordem de Santiago. A autonomia administrativa em relação a Santiago do Cacém é adquirida em 24 de novembro de 1362, quando Dom Pedro I concede carta de elevação de Sines a vila interessado na sua função defensiva da costa, numa altura em que o comércio marítimo está em expansão e é necessário fixar gente na costa para protegê-lo. A construção do Castelo, fortaleza defensiva, é a condição que o rei coloca aos homens-bons de Sines para a promoção a concelho (<http://www.sines.pt/>).

Na AE não existem registos de sítios arqueológicos. Restantes pontos de interesse patrimonial assinalados encontram-se em situação periférica, exteriormente salvaguardados da influência directa do projecto. Os vestígios arqueológicos mais próximos, localizados no exterior da AI, reportam cinco ocorrências, assinaladas no **Anexo 1 e Figura 2**.

No **Quadro 1** apresenta-se um resumo das fontes documentais consultadas no âmbito da pesquisa documental.

Quadro 1. Síntese da pesquisa documental

Fontes de informação	Resultados
Lista de imóveis classificados (DGPC)	Não contempla ocorrências de interesse cultural na AE.
Bases de dados de sítios arqueológicos (DGPC)	Contempla uma ocorrência de interesse cultural na AE.
Inventário do Património Arquitectónico (IHRU)	Não contempla ocorrências de interesse cultural na AE.
Instrumentos de planeamento	Plano Director Municipal: Ausência de vestígios de interesse cultural na AE.
Cartografia	Carta Geológica de Portugal (CGP): não contempla ocorrências de interesse cultural na AE.
	Carta Militar de Portugal (CMP): Não contempla ocorrências de interesse cultural na AE.

Bibliografia	A bibliografia consultada não acrescenta novos dados na AE do Projecto, para além dos acima citados.
Contactos com instituições	Consultou-se a base de dados com sítios georreferenciados da DGPC, a qual assinala uma ocorrência na AE. Solicitou-se ao arqueólogo Jorge Vilhena informação complementar acerca da localização de diversas ocorrências assinaladas em zona envolvente do projecto.

Trabalho de Campo

O trabalho de campo foi executado no dia 18 de Março de 2017 e consistiu na prospecção sistemática do interior do Parque de Campismo de S. Torpes. Foi executado por dois arqueólogos, em condições climáticas adequadas ao bom desenvolvimento dos trabalhos de campo. A acessibilidade ao terreno foi favorável e a circulação interna efectuou-se sem problemas.

Como base de trabalho foi utilizada cartografia militar à escala 1:25.000.

A AI do Parque de Campismo de S. Torpes situa-se em terreno de morfologia suave, com cotas a variar entre 21m e 18m. De vocação bastante definida, associa núcleos de povoamento arbóreo e extensas parcelas cobertas por tapete herbáceo rasteiro e denso. A observação da superfície do solo era maioritariamente reduzida a nula para artefactos e elevada para estruturas.

Apenas foi identificado um achado isolado, exemplar de indústria lítica talhada, uma lasca em quartzo filoniano, localizado em área de lavagem de autocaravanas (Oc. 1). Sendo um achado individual não se pode qualificar como sítio arqueológico. Em primeira análise, pode considerar-se tipicamente holocénico (termo geológico para definir o período que se estende de 12 ou 10 mil anos – quando terminaram os efeitos da última glaciação – até a contemporaneidade), embora esta afirmação tenha de ser confirmada por uma análise de especialidade.

O trabalho de campo foi zonado no que concerne às características da ocupação do terreno e de visibilidade do solo para a detecção de estruturas e materiais arqueológicos (**Anexo 3 e Figura 4**).

Quadro 2. Situação de referência do descritor Património Cultural

Referência		Tipologia Topónimo ou Designação	Inserção no Projecto (AI, ZE) Categoria (CL, AA, AE) Valor cultural e Classificação						Cronologia					
			AI			ZE								
TC	PD		CL	AA	AE	CL	AA	AE	PA	PR	F	ER	MC	Ind
1		Achado isolado, Parque de Campismo de S. Torpes				1							Ind	
2A		Estação de ar livre, Foz da Ribeira de Morgavel				3				PR				
3E		Jazida, Foz da Ribeira de Morgavel				Ind				PR				

Legenda

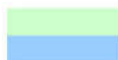
Referência. Os números da primeira coluna identificam as ocorrências caracterizadas durante o trabalho de campo (TC) e as letras da segunda coluna as que foram identificadas na pesquisa documental (PD). Faz-se, desta forma, a correspondência entre as duas fontes de caracterização do Património. As ocorrências estão identificadas na cartografia com estas referências. **Tipologia, Topónimo ou Designação.** **Inserção no Projecto.** AI = Área de incidência do Projecto; ZE = Zona de Enquadramento do Projecto. **Categoria.** CL =

Património classificado, em vias de classificação ou com outro estatuto de protecção (**M**=monumento nacional; **IP**=imóvel de interesse público; **IM**=imóvel de interesse municipal; **ZP**=zona especial de protecção; **VC**=em vias de classificação; **PL**=planos de ordenamento; **In**=inventário); **AA** = Património arqueológico; **AE** = Arquitectónico, artístico, etnológico, construído. **Valor cultural e critérios. Elevado (5)**: Imóvel classificado (monumento nacional, imóvel de interesse público) ou ocorrência não classificada (sítio, conjunto ou construção, de interesse arquitectónico ou arqueológico) de elevado valor científico, cultural, raridade, antiguidade, monumentalidade, a nível nacional. **Médio-elevado (4)**: Imóvel classificado (valor concelhio) ou ocorrência (arqueológica, arquitectónica) não classificada de valor científico, cultural e/ou raridade, antiguidade, monumentalidade (características presentes no todo ou em parte), a nível nacional ou regional. **Médio (3), Médio-baixo (2), Baixo (1)**: Aplica-se a ocorrências (de natureza arqueológica ou arquitectónica) em função do seu estado de conservação, antiguidade e valor científico, e a construções em função do seu arcaísmo, complexidade, antiguidade e inserção na cultura local. **Nulo (0)**: Atribuído a construção actual ou a ocorrência de interesse patrimonial totalmente destruída. **Ind=Indeterminado (In)**, quando a informação disponível não permite tal determinação, ou *não determinado (Nd)*, quando não se obteve informação actualizada ou não se visitou o local. **Cronologia. PA**=Pré-História Antiga (**i**=Paleolítico Inferior; **m**=Paleolítico Médio; **s**=Paleolítico Superior); **PR**=Pré-História Recente (**N**=Neolítico; **C**=Calcolítico; **B**=Idade do Bronze); **F**=Idade do Ferro; **ER**=Época Romana; **MC**=Idades Média, Moderna e Contemporânea (**M**=Idade Média; **O**=Idade Moderna; **C**=Idade Contemporânea); **Ind=Indeterminado (In)**, quando a informação disponível não permite tal determinação, ou *não determinado (Nd)*, quando não se obteve informação actualizada ou não se visitou o local. Sempre que possível indica-se dentro da célula uma cronologia mais específica. **Incidência espacial**. Reflecte-se neste indicador a dimensão relativa da ocorrência, à escala considerada, e a sua relevância em termos de afectação, através das seguintes quatro categorias (assinaladas com diferentes cores nas células): achado isolado (cor verde); ocorrências localizadas ou de reduzida incidência espacial, inferior a 200m² (cor azul); manchas de dispersão de materiais arqueológicos, elementos construídos e conjuntos com área superior a 200m² e estruturas lineares com comprimento superior a 100m (cor vermelha); áreas de potencial interesse arqueológico (cor laranja).

Incidência espacial

Achado isolado

Ocorrência de pequena dimensão



Áreas de potencial valor arqueológico

Ocorrência de dimensão significativa

Dimensão não determinada



AVALIAÇÃO DE IMPACTES

Com base em pesquisa documental e trabalho de campo foi estabelecida uma Situação de Referência com ausência de ocorrências na AI directa do Projecto e apenas um achado arqueológico isolado no interior do perímetro do actual Parque de Campismo (Oc. 1) em parcela que pode ser enquadrada com o AI indirecta.

Contudo, consideram-se passíveis de gerar impacto negativo (directo ou indirecto) sobre (eventuais) ocorrências de interesse arqueológico, incógnitas na AI, todas as acções que envolvam desmatização, revolvimento de solo e escavação, nomeadamente para criação de plataformas, fundação de painéis ou outras infraestruturas e instalação de cablagens em vala, e ainda a circulação de máquinas.

A caracterização de incidências teve em conta (1) o grau de incidência ou proximidade da acção impactante sobre a ocorrência de interesse cultural e (2) o valor cultural intrínseco da ocorrência sujeita a impacto. Esta avaliação foi executada tendo por base a cartografia militar e a planta do projecto.

No **Quadro 3** caracterizam-se as impactes reconhecidas sobre as ocorrências culturais identificadas na Situação de Referência.

Fase de construção.

Comparando a planta do projecto (**Figura 1**) com a cartografia de localização da oc. 1 verifica-se não existir impacto directo na fase de construção. Além disso, não se concebe um impacto negativo sobre um achado isolado de reduzida expressão e de valor reduzido. Deste modo, o impacto do projecto sobre o achado isolado (Oc. 1) pode considerar-se nulo. A existência ou a inexistência de outros artefactos conectos com aquele, oculto no solo, não está demonstrada. O impacto sobre esses hipotéticos achados é indeterminado.

Não se prevêem incidências negativas nas ocorrências 2 e 3, uma vez que se situam na ZE do projecto.

Fase de exploração

Não estão identificadas incidências negativas nesta fase. Mas, tendo em consideração a existência de evidências de interesse arqueológico, poderão ocorrer incidências negativas no caso de existirem acções de remodelação ou reparação das infraestruturas do projecto com impacto no solo/subsolo.

Essas eventuais incidências deverão ser identificadas a partir dos resultados obtidos na fase antecedente (construção).

Fase de desactivação

Com referência à informação disponível não se identificaram incidências negativas que possam resultar da desactivação do Projecto.

Essas eventuais incidências deverão ser identificadas a partir dos resultados obtidos nas fases antecedentes (construção e exploração).

Quadro 3. Avaliação de impactes do Descritor Património Cultural

Referência Tipologia	Inserção no projecto Aid = Área de incidência Directa do Projecto; Ali = Área de incidência Indirecta do Projecto; ZE = Zona de Enquadramento do Projecto.	Caracterização de impactes																																																															
		Fase: Construção (C), Exploração (E); Desactivação (D); Incidência (In): indirecto (I), directo (D); Tipo (Ti): negativo (-); positivo (+); Magnitude (Ma): elevado (E), médio (M), baixo (B); Significância (Sg): muito significativo (M), significativo (S), pouco significativo (P); Duração (Du): temporária (T); permanente (P); Probabilidade (Pr): pouco provável (PP), provável (P), certo (C); Reversibilidade (Re): reversível (R); irreversível (I); INI: incidências não identificados (N) ou indeterminados (I). (? = incerteza na atribuição)																																																															
<table><tr><th>AI</th><th>ZE</th><th>Fase</th><th colspan="2">In</th><th colspan="2">Ti</th><th colspan="3">Ma</th><th colspan="3">Sg</th><th colspan="2">Du</th><th colspan="3">Pr</th><th colspan="2">Re</th><th>I</th><th>N</th><th>I</th></tr><tr><td></td><td></td><td></td><td>D</td><td>I</td><td>-</td><td>+</td><td>E</td><td>M</td><td>B</td><td>M</td><td>S</td><td>P</td><td>T</td><td>P</td><td>PP</td><td>P</td><td>C</td><td>R</td><td>I</td><td></td><td></td><td></td></tr></table>																				AI	ZE	Fase	In		Ti		Ma			Sg			Du		Pr			Re		I	N	I				D	I	-	+	E	M	B	M	S	P	T	P	PP	P	C	R	I			
AI	ZE	Fase	In		Ti		Ma			Sg			Du		Pr			Re		I	N	I																																											
			D	I	-	+	E	M	B	M	S	P	T	P	PP	P	C	R	I																																														
1 Achado disperso ou isolado	ZE	C																		I																																													
		E																		N																																													
		D																		N																																													
2A, 3E Diversos	ZE	C																		N																																													
		E																		N																																													
		D																		N																																													

MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO

No capítulo precedente foram caracterizados incidências sobre três ocorrências de interesse cultural. A partir dessa avaliação recomenda-se a aplicação de um conjunto de medidas de minimização de âmbito geral e medidas específicas a seguir indicadas e resumidas no **Quadro 4**.

Medidas gerais

Medida 1. Acompanhamento integral e contínuo da obra, por arqueólogo, com efeito preventivo em relação à afectação de vestígios arqueológicos incógnitos.

Tal acompanhamento consiste na observação, por arqueólogo, das operações que impliquem a remoção e o revolvimento de solo (desmatação e decapagens superficiais em acções de preparação ou regularização do terreno) e a escavação no solo e subsolo. Os resultados deste acompanhamento podem determinar a adopção de medidas de minimização específicas. Os achados móveis efectuados no decurso desta medida deverão ser colocados em depósito credenciado pelo organismo de tutela do património cultural.

Medida 2. O proprietário ou o responsável pela exploração deverá obrigatoriamente comunicar à Direcção-Geral do Património Cultural o eventual aparecimento de vestígios arqueológicos, devendo fazê-lo de imediato, no sentido de serem accionados os mecanismos de avaliação do seu interesse cultural.

Fase de construção

Nesta fase deve aplicar-se a Medida 1, de âmbito geral. Tendo em consideração a especificidade arqueológica da AI do projecto, o arqueólogo a contratar deverá ter experiência de reconhecimento de indústrias líticas pré-históricas. Se no decurso da obra surgirem novas realidades de interesse arqueológico a sua ocorrência deverá ser comunicada à tutela e avaliadas as medidas a adoptar para a sua salvaguarda *in situ* ou pelo registo.

Fase de exploração

Nesta fase deve aplicar-se a Medida 2 (âmbito geral) bem como outras medidas assinaladas no quadro seguinte.

A aplicação de medidas específicas nesta fase ficará dependente dos resultados das medidas que forem aplicadas na fase de construção.

Fase de desactivação

Com referência à informação disponível, não se propõem medidas de minimização nesta fase. Contudo, os resultados das fases precedentes podem aconselhar a adopção de alguma medida específica, bem



como outras medidas assinaladas no quadro seguinte, nomeadamente a conservação das ocorrências que tenham sido preservadas nas fases precedentes.

Quadro 4. Medidas de minimização do Descritor Património Cultural

Incidência	Fase	La Aj	PC	Pr	Ac	So Es	Co	Si	Rg	VI Mo	Va	Ou	NM
Medidas gerais	Construção				M1								
	Exploração											M2	
	Desactivação												NM
Medidas específicas Ocorrência 1	Construção				M1								
	Exploração												NM
	Desactivação												NM
Medidas específicas Ocorrências 2 e 3	Construção												NM
	Exploração												NM
	Desactivação												NM

Legenda

Projecto = Elaboração do Projecto; **La** = localização alternativa; **Aj** = ajustamento do Projecto; **PC** = inclusão em planta de condicionantes da lavra; **Pr** = Prospeccção; **Ac** = acompanhamento da obra por arqueólogo; **So** = sondagens arqueológicas; **Es** = escavações arqueológicas; **Co** = conservação *in situ*; **Si** = sinalização em obra; **Rg** = registo documental; **VI** = vigilância; **Mo** = Monitorização; **Va** = valorização; **Ou** = outras medidas; **NM** = não se propõem medidas de minimização.

Quadro 5. Medidas de minimização (conceitos)

Medida	Fase	Definição
Ajustamento do Projecto	Projecto	Alteração da posição de partes do Projecto com o objectivo de anular um impacte negativo, certo ou previsível, sobre uma ocorrência.
Planta de condicionantes	Antes da construção	Inclusão das ocorrências de interesse cultural, identificadas na Situação de Referência, em planta de condicionantes, impondo restrição total à afectação, ocupação, atravessamento desses locais ou obrigação de registo para memória futura.
Prospeccção (arqueológica)	Construção, exploração	Prospeccção das partes do Projecto ou áreas funcionais da exploração que se localizem fora das zonas prospectadas no decurso desta avaliação.
Escavações e sondagens arqueológicas	Construção, exploração	Execução de sondagens e/ou escavações arqueológicas ou outros estudos destinadas a obter informação que permita determinar o estado de conservação, a funcionalidade e o interesse científico dos sítios e monumentos em causa. Os resultados dessas pesquisas aconselharão, ou não, a valorização dos respectivos sítios e a publicação dos resultados sob a forma de monografia devidamente ilustrada.
Acompanhamento (arqueológico)	Construção	Observação, por arqueólogo, das operações que impliquem a remoção e o revolvimento de solo (desmatção e decapagens superficiais em acções de preparação ou regularização do terreno) e a escavação no solo e subsolo. Os resultados deste acompanhamento podem determinar a adopção de medidas de minimização específicas (registo, sondagens, escavações arqueológicas, etc). Os achados móveis efectuados no decurso desta medida deverão ser colocados em depósito credenciado pelo organismo de tutela do património cultural.
Conservação	Construção, exploração	Conservação (mesmo que de forma passiva) das ocorrências imóveis identificadas no decurso deste estudo ou que sejam reconhecidas durante o acompanhamento arqueológico devem, tendo em consideração o seu valor cultural. Esta medida pode concretizar-se na delimitação e sinalização de

		áreas de protecção às ocorrências a conservar.
Registo (documental)	Construção	Representação gráfica e fotográfica e elaboração de memória descritiva (para memória futura) das ocorrências de interesse patrimonial que possam ser destruídas em consequência da execução do projecto ou sofrer danos decorrentes da proximidade em relação à frente de exploração.
Sinalização	Construção	Sinalização das ocorrências de interesse cultural situadas nas proximidades das frentes de exploração, passíveis de afectação, mesmo que indirecta, na fase de construção. Pretende-se, desta forma, minorar ou evitar danos involuntários e garantir a conservação dessas ocorrências.
Valorização	Exploração	Medidas relacionadas com o estudo, a fruição pública (turístico-didáctica) e a conservação activa, <i>in situ</i> , das ocorrências de maior interesse cultural.
Vigilância	Exploração	Vigilância regular do estado de conservação dos elementos de maior interesse cultural identificados na AI do projecto. A execução desta medida compete ao dono-da-obra, com obrigatoriedade de comunicação às entidades competentes dos efeitos negativos detectados.
Monitorização	Exploração	Observação periódica do estado de conservação das principais ocorrências de interesse cultural situadas na AI do projecto ou nos principais acessos. Esta medida deve ser executada por especialista independente (arqueólogo) contratado pelo dono-da-obra e obriga à apresentação de relatórios de visita à entidade de tutela sobre o património arqueológico.

FONTES DE INFORMAÇÃO

Bibliografia

AAVV (2012): *Dicionário de Arqueologia Portuguesa*, Coord. Geral Jorge de Alarcão e Mário Barroca, Figueirinhas – Porto.

ALVES, Francisco J. S.; REINER, Francisco; ALMEIDA, Mário J. R.; VERÍSSIMO, Luís (1988 – 1989): "Os Cepos de Âncora em Chumbo Descobertos em Águas Portuguesas – Contribuição para uma Reflexão sobre Navegação ao Longo da Costa Atlântica da Península Ibérica na Antiguidade", in *O Arqueólogo Português*, série IV, 6 / 7, pp. 109 – 185.

ARNAUD, José Morais (1987): "Os Concheiros Mesolíticos dos Vales do Tejo e Sado: Semelhanças e Diferenças", in *Arqueologia*, número quinze, G. E. A. P., Porto, pp. 53 – 64.

BREUIL, Henri, ZBYSZEWSKI, Georges e FRANÇA, José Camarate (1946): "Contribution a l'etude des Industries paleolithiques des plages quaternaires de l' Alentejo Litoral", in *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 27, pp. 269-334.

CARDOSO, João Luís (2007): *Pré – História de Portugal*, Universidade Aberta.

CARNEIRO, André (2009): *Itinerários Romanos do Alentejo. Uma Releitura de As Grandes Vias da Lusitânia – O Itinerário de Antonino Pio de Mário Saa, cinquenta anos depois*, Lisboa, Edições Colibri.

FERREIRA, Carlos Jorge Alves, LOURENÇO, Fernando Severino, SILVA, Carlos Tavares da e SOUSA, Paula (1993): *Património Arqueológico do Distrito de Setúbal. Subsídios para uma carta arqueológica*, Setúbal: Associação de Municípios do Distrito de Setúbal.

MATTOSO, José; DAVEAU, Suzanne; BELO, Duarte (2010) – *PORTUGAL – O Sabor da Terra*, 2ª Edição, Temas e Debates - Círculo de Leitores.

"Parque de Campismo de S. Torpes - Projecto Base de Arquitectura" (2014): *Memória Descritiva e Justificativa*, ESCAPE, Sociedade de Campismo e Hotelaria de Ar Livre, S. A., VOL Arquitectos e associados.

RAPOSO, Luís (1997): "O Mirense e os Machados Mirenses. Algumas Reflexões em Voz Alta", in *Setúbal Arqueológica*, vols. 11 – 12, pp. 109 – 120.

SANTOS, Manuel Farinha; SOARES, Joaquina; SILVA, Carlos Tavares da (1974): "Necrópole da Provença (Sines). Campanha de Escavações de 1972", in *Arqueologia e História*, vol. V, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, pp. 69 – 100.

SILVA, Carlos Tavares da e SOARES, Joaquina (1980): "Cemitérios de cistas da Idade do Bronze da área de Sines", in *Arqueologia*. Porto. 1, p. 24-28.

SILVA, Carlos Tavares da e SOARES, Joaquina (1981): *Pré-História da Área de Sines*, Lisboa: Gabinete da Área de Sines, p. 231.

SILVA, Carlos Tavares da (1982): "Defesa do Património arqueológico na área de Sines", in *Al-madan*. Almada. 1ª série: 0, pp. 11-14.

SILVA, Carlos Tavares da e SOARES, Joaquina (1984): "A estratégia do povoamento dos Chãos de Sines durante a Pré-História", in *Volume d'hommage au geologue G. Zbyszewski*, Paris: Recherche sur les Civilisations, pp. 393-410.



SOARES, Joaquina (1996): "Padrões de povoamento e subsistência no Mesolítico da Costa Sudoeste Portuguesa", *in* Zephyrus, 49, p.109-124.

SOARES, Joaquina (1996): "Na Busca de um Passado Comum: O Neolítico e as Origens do Megalitismo", *in* *Al-Madan*, IIª série, n.º 5, Outubro, pp. 37 – 45.

VILHENA, Jorge (2017): *Ecovia/Ciclovía do Litoral Sudoeste - concelho de Sines*, Descritor de Património Histórico Arquitectónico e Arqueológico do Estudo de Impacte Ambiental.

ZBYSZEWSKI, Georges (1943): "La classification du paléolithique ancien et la chronologie du quaternaire de Portugal en 1942", *in* *Boletim da Sociedade Geológica de Portugal*, 2, 2:3. Porto: Instituto de Alta Cultura, pp. 3 - 111.

Fontes de suporte informático

COSTA, Padre António Carvalho da (1706, 1708, 1712); *Corografia Portuguesa*, coord. Científica Ana Cristina Nogueira da Silva.

Memórias paroquiais de 1758 (Sines, Ourique; vol. 35, nº 177, p. 1311 a 1326)

Cartografia

CMP (Carta Militar de Portugal, folha 526, Sonega – Santiago do Cacém, escala 1:25.000, Serviços Cartográficos do Exército, Lisboa).

Planos

Plano Director Municipal de Sines (2011).

Entidades

Câmara Municipal de Sines - <http://www.sines.pt/>

Direção-Geral do Património Cultural (DGPC): Portal do Arqueólogo / Base de dados Endovélico <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/>; Atlas do Património Classificado e em Vias de Classificação <http://www.patrimoniocultural.pt>.

Sítios da Internet

Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) – Base de dados Endovélico: <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/>

Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano / Sistema Nacional de Informação Territorial / Portal do Ordenamento do Território e do Urbanismo (DGOTDU / SNIT) - www.dgotdu.pt (consulta on-line de PDM).

Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU): www.monumentos.pt

Google Earth – observação de Fotografia Aérea

<http://www.infopedia.pt>

Fernando Robles Henriques

Arqueólogo Coordenador

ANEXOS

Anexo 1. Ocorrências identificadas na pesquisa documental

Nº de Referência	Estatuto (legal)	Caracterização
Topónimo	Valor Cultural	
Tipologia	CMP Folha N.º	
Cronologia	Fonte de Informação	
Categoria	Localização	
A	CNS 3191	
Foz da Ribeira de Morgavel	Indeterminado	
Estação de Ar Livre	526	
Paleolítico e Mesolítico (de fácies miranense)	Endógeno	
Arqueológico	(http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/) Na ZE do projecto	"Área aplanada junto à arriba, imediatamente a sul da foz de ribeira de Morgavel. Referências a um depósito de cascalheira com seixos e calhaus do Paleolítico Inferior e a indústrias líticas, de fácies miranense, à superfície de um nível de areias holocénicas. Observações e recolhas do Centro de Documentação Arqueológica da Costa Sudoeste".
B	Inexistente	
Praia de S. Torpes 1	Indeterminado	
Jazida	526	
Pré-história Recente	(Vilhena, 2017)	
Arqueológico	Na ZE do projecto	"Ocorrência a superfície do terreno de fragmentos de recipientes de cerâmica manual de tipologia pré-histórica (um destes, bordo de taça com furo de suspensão) em zona dunar próxima da margem esquerda da Ribeira da Junqueira. Os materiais cerâmicos talvez sejam relacionáveis com o antigo monumento funerário encontrado no local no séc. XVI que foi interpretado como a sepultura de S. Torpes".
C	Inexistente	
Praia de S. Torpes 2	Indeterminado	
Jazida	526	
Indeterminado	(Vilhena, 2017)	
Arqueológico	Na ZE do projecto	"Restos de malacofauna, nomeadamente valvas de espécies lapa e lingueirão/navalha (g. Patella e Pharidae ou Solenidae) associados a possíveis restos de talha de seixos de quartzito na superfície de estrato de areias amarelas assente na ponta rochosa que delimita o lado sul da praia da S. Torpes. A área foi parcialmente aterrada para construção de plataforma para bolsa de estacionamento adjacente ao lado poente da estrada CM 1109. Não foram detectados artefactos arqueológicos indubitáveis associados aos vestígios de malacofauna".
D	Inexistente	
Praia de S. Torpes 3	Indeterminado	
Jazida	526	
Pré-história Recente	(Vilhena, 2017)	
Arqueológico	Na ZE do projecto	"Nível de concheiro denso (com valvas de lapa, mexilhão e búzio) com carvões, assente na camada superior de cor castanha-avermelhada de areias consolidadas que coroa a arriba de pequena altura situada entre a Praia de S. Torpes e a Praia de Morgavel, no lado direito da foz na praia de uma antiga linha de água colmatada. Os vestígios são visíveis em pontos da arriba expostos pela erosão natural e pelos trilhos de acesso pedonal à praia. Os mesmos restos de fauna mamalógica encontram-se dispersos para leste à superfície das areias de duna, desde a arriba até uma distância de aprox. 20m da estrada CM 1109. Não foram detectados artefactos associados."
E	Inexistente	
Lago de Morgavel	Indeterminado	
Jazida	526	
Pré-história Recente	(Vilhena, 2017)	
Arqueológico	Na ZE do projecto	"Ocorrência de raros fragmentos de recipientes de cerâmica de fabrico manual (tipologia pré-histórica) à superfície do terreno agrícola, em faixa adjacente à berna do lado nascente de estrada CM 1109. Situa-se próximo da margem esquerda antiga laguna estuarina da ribeira de Morgavel, inteiramente colmatada desde inícios do século XX".
F	Inexistente	
Casa da Pedra da Casca	Indeterminado	
Jazida	526	
Indeterminado	(Vilhena, 2017)	
Arqueológico	Na ZE do projecto	"Ocorrência de valvas de moluscos marinhos (lapa) à superfície do solo em zona arenosa atravessada pelo caminho vicinal que segue paralelo à costa na direcção norte a partir da estrada de acesso à Praia da Vieirinha ou de Vale Figueira. Os vestígios podem apontar para a presença de uma ocupação paleoantropica do local, eventualmente relacionada com a jazida Praia de Vale Figueira (CNS 10770 - povoado do período Neolítico situado 250m a sul). Todavia, não foram detectados outros indícios (artefactos ou ecofactos) que confirmem a existência de jazida arqueológica no local, além de possíveis restos de talha de seixos de quartzito de dimensão insuficiente para caracterização segura e quem podem ter sido depositados recentemente no local com a brita do caminho".

Anexo 2. Ocorrências caracterizadas em trabalho de campo

Atributos

Projecto. Nº = referência de inventário utilizada na cartografia, nos quadros e nas fichas de inventário.

Data = corresponde à data de observação. **Carta Militar de Portugal (CMP)** = nº da folha na escala 1:25.000.

Altitude = obtida a partir da CMP, em metros (m).

Topónimo ou Designação = nome atribuído à ocorrência ou ao local onde se situa.

Categoria = distinção entre arqueológico, arquitectónico, etnológico, construído e outros atributos complementares (hidráulico, civil, militar, artístico, viário, mineiro, industrial, etc). **Tipologia** = tipo funcional de ocorrência, monumento ou sítio, segundo o *thesaurus* do Endovelico.

Cronologia = indica-se o período cronológico, idade ou época correspondente à ocorrência. A aplicação do sinal "?" significa indeterminação na atribuição cronológica. A indicação de vários períodos cronológicos separados por "," tem significado cumulativo.

Classificação = imóvel classificado ou outro tipo de protecção, decorrente de planos de ordenamento, com condicionantes ao uso e alienação do imóvel.

Valor cultural = hierarquização do interesse patrimonial da ocorrência no conjunto do inventário de acordo com os seguintes critérios:

Elevado (5): Imóvel classificado (monumento nacional, imóvel de interesse público) ou ocorrência não classificada (sítio, conjunto ou construção, de interesse arquitectónico ou arqueológico) de elevado valor científico, cultural, raridade, antiguidade, monumentalidade, a nível nacional. **Médio-elevado (4):** Imóvel classificado (valor concelhio) ou ocorrência (arqueológica, arquitectónica) não classificada de valor científico, cultural e/ou raridade, antiguidade, monumentalidade (características presentes no todo ou em parte), a nível nacional ou regional. **Médio (3), Médio-baixo (2), Baixo (1):** Aplica-se a ocorrências (de natureza arqueológica ou arquitectónica) em função do seu estado de conservação, antiguidade e valor científico, e a construções em função do seu arcaísmo, complexidade, antiguidade e inserção na cultura local. **Nulo (0):** Atribuído a construção actual ou a ocorrência de interesse patrimonial totalmente destruída. **Indeterminado:** Quando as condições de acesso ao local, a cobertura vegetal ou outros factores impedem a observação da ocorrência (interior e exterior no caso das construções).

Posição v. Projecto = indicam-se as relações de proximidade em relação ao projecto: AI (área de incidência) ou ZE (zona envolvente).

Tipo de trabalho = atributo baseado no *thesaurus* do Endovelico.

Coordenadas Geográficas = coordenadas rectangulares; UTM datum ED50 obtidas em campo com GPS; conversão para HAYFORD-GAUSS Militares-Lisboa (Lx)

Distrito. Concelho. Freguesia. Lugar = local habitado mais próximo.

Proprietário = identificação do(s) proprietário(s).

Uso do Solo, Ameaças e Estado de conservação = atributos baseado no *thesaurus* do Endovelico. Estes atributos são apenas aplicáveis a bens imóveis ou a bens móveis de dimensão considerável ou que não foram recolhidos.

Acesso. Morfologia do terreno = indica a posição da ocorrência face à topografia do terreno (afloramento; encosta; cumeada; socalco; aluvião, terraço; planalto; planície; linha de água; escarpa; chã; vale; outros).

Visibilidade para estruturas e artefactos: indicam-se os seguintes graus de visibilidade para detecção de estruturas e artefactos, elevada, média, reduzida e nula.

Fontes de informação = bibliografia, cartografia, manuscritos, informação oral, instrumento de planeamento, base de dados ou de outro tipo. Também se indica a fonte de informação utilizada quando não tem origem na CMP por aproximação espacial.

Espólio recolhido = indicação do tipo e quantidade de achados arqueológicos móveis recolhidos durante o trabalho de campo.

Caracterização = caracterização da ocorrência em termos de localização, características construtivas e materiais utilizados, dimensões e registo fotográfico.

Avaliação de Incidências = Incidências identificados sobre a ocorrência. Caracterização de Incidências: **Tipo (Ti):** indirecto (I), directo (D);

Natureza (Na): negativo (-); positivo (+); **Magnitude (Ma):** baixo (B), médio (M), elevado (E); **Duração (Du):** temporária (T); permanente (P);

Probabilidade (Pr): pouco provável (PP), provável (P), certo (C); **INI:** incidências não identificados (N) ou indeterminados (I) (? = incerteza na atribuição).

Medidas de Minimização = medidas de minimização propostas.

Responsável(ais) = nome do(s) arqueólogo(s) responsável(ais) pela observação da ocorrência e elaboração da ficha de sítio.

EIA Parque de Campismo de São Torpes (Sines)

Nº 1	Data Março de 2017	CMP 526	Altitude 17m
Topónimo Parque de Campismo de S. Torpes			
Coordenadas (UTM) 518164 - 4195856		Coordenadas (Lx) 141810,44 - 104814,54	
Categoria Arqueológico		Concelho Sines	
Tipologia Achado isolado		Freguesia Sines	
Cronologia Pré-História		Lugar Parque de Campismo de S. Torpes	
Classificação Inexistente		Proprietário ESCAPE – Sociedade de Campismo e Hotelaria de Ar Livre, S.A.	
Valor cultural Baixo		Uso do solo Lavagem de autocaravanas	
Posição v. projecto Zona Envolvente		Ameaças Indeterminadas	
Tipo de trabalho Prospeção		Estado de conservação Indeterminado	
Morfologia do terreno Paisagem chã, de desenvolvimento regular		Visibilidade para estruturas Elevada	
Acesso IC4 / N 120-1		Visibilidade para artefactos Média a reduzida	
Fonte de informação não identificada			
Espólio recolhido			

Caracterização Lasca de quartzo filoniano identificada em caminho. Perto de área de lavagem de autocaravanas, a superfície desgastada / lavada pela passagem constante de água. Observação efectiva limita-se ao acesso. Será, eventualmente, enquadrável em Período Holocénico.

Registo fotográfico



Avaliação de Incidências	Ti	Na	Ma	Du	Pr	INI
Preparação	I	-	Indeterm	P	P	
Exploração						N
Desactivação						N

Medidas de Minimização acompanhamento arqueológico

EIA Parque de Campismo de São Torpes (Sines)

Nº 2A	Data Março de 2017	CMP 526	Altitude 15m
Topónimo Foz da Ribeira de Morgavel (CNS 3191)			
Coordenadas (UTM) 517708 - 4195725		Coordenadas (Lx) 141353,04 - 104687,74	
Categoria Arqueológico		Concelho Sines	
Tipologia Estação de Ar Livre		Freguesia Sines	
Cronologia Paleolítico e Mesolítico		Lugar Foz da Ribeira de Morgavel	
Classificação Inexistente		Proprietário Indeterminado	
Valor cultural Baixo		Uso do solo Baldio / paisagem natural	
Posição v. projecto Zona Envolvente		Ameaças Erosão	
Tipo de trabalho Prospeccção		Estado de conservação Indeterminado	
Morfologia do terreno Plataforma de morfologia regular sobre a frente Atlântica		Visibilidade para estruturas Elevada	
Acesso IC4 / N 120-1		Visibilidade para artefactos Elevada a média	
Fonte de informação não identificada			
Espólio recolhido			

Caracterização “Área aplanada junto à arriba, imediatamente a sul da foz de ribeira de Morgavel. Referências a um depósito de cascalheira com seixos e calhaus do Paleolítico Inferior e a indústrias líticas, de fácies mirenses, à superfície de um nível de areias holocénicas. Observações e recolhas do Centro de Documentação Arqueológica da Costa Sudoeste” (<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/>). Foram identificados vestígios líticos que permitem comprovar a caracterização da ocupação no local.

Registo fotográfico



04



05

Avaliação de Incidências	Ti	Na	Ma	Du	Pr	INI
Preparação						N
Exploração						N
Desactivação						N

Medidas de Minimização Não se propõem

EIA Parque de Campismo de São Torpes (Sines)

Nº 3E	Data Março de 2017	CMP 526	Altitude 17m
Topónimo	Lago de Morgavel		
Coordenadas (UTM)	518043 - 4195541	Coordenadas (Lx)	141686,46 - 104500,55
Categoria	Arqueológico		
Tipologia	Jazida		
Cronologia	Pré-história Recente		
Classificação	Inexistente		
Valor cultural	Baixo		
Posição v. projecto	Zona Envolvente		
Tipo de trabalho	Prospecção		
Morfologia do terreno	Paisagem chã, de desenvolvimento regular		
Acesso	IC4 / N 120-1		
Fonte de informação	não identificada		
Espólio recolhido			
Caracterização	“Ocorrência de raros fragmentos de recipientes de cerâmica de fabrico manual (tipologia pré-histórica) à superfície do terreno agrícola, em faixa adjacente à berma do lado nascente de estrada CM 1109. Situa-se próximo da margem esquerda antiga laguna estuarina da ribeira de Morgavel, inteiramente colmatada desde inícios do século XX” (Vilhena, 2017). Vegetação rasteira em recuperação após lavradio recente. Sítio não confirmado no terreno.		

Registo fotográfico



06

Avaliação de Incidências	Ti	Na	Ma	Du	Pr	INI
Preparação						N
Exploração						N
Desactivação						N

Medidas de Minimização Não se propõem

Anexo 3. Zonamento da prospecção arqueológica

Zona	VE VA	Caracterização e registo fotográfico
A	Nula	Área do Parque de Campismo densamente ocupada por estruturas de apoio, roulottes e autocaravanas. Acessos de circulação pavimentados e / ou impermeabilizados. Superfície do terreno ocultada.  07
	Nula	
B	Elevada	Distinguida, por razões de proximidade, apesar de se localizar na envolvente da AI. Terrenos naturais reservados a campistas, a Norte, livres de construção. Arvoredo esparso e pouco frondoso, criando zonas de sombra. A Sul, campo de jogos, sector de serviço para autocaravanas, outros. Mato rasteiro, com clareiras frequentes. Previsivelmente, será desmatado antes do início do período de verão. Superfícies muito compactadas, não facilita a avaliação das características básicas.  08
	Média a Reduzida	

Zona. Identificação e delimitação de áreas sequenciais, em termos de ocupação actual e/ou visibilidade, com dimensão significativa à escala cartográfica utilizada.

Parâmetros. **VE** = visibilidade para detecção de estruturas, acima do solo (elementos imóveis); **VA** = visibilidade para detecção de artefactos, ao nível do solo (elementos móveis).

Graus de visibilidade. **Elevada** = ausência de vegetação (arbórea, arbustiva e herbácea) devido a incêndio, desmatagem ou lavra recente. Observa-se a totalidade (ou quase) da superfície do solo; **Médio** = a densidade da cobertura vegetal é mediana ou existem clareiras que permitem a observação de mais de 50% da superfície do solo; **Reduzido** = a densidade da vegetação impede a progressão e/ou a visualização de mais de 75% da superfície do solo; **Nulo** = zona artificializada, impermeabilizada ou oculta por se encontrar ocupada por construções, depósitos de materiais, pavimentos ou vegetação densa impedindo, desta forma, a progressão e a visualização do solo na totalidade da área considerada; **Div** = diversos graus de visibilidade.

Caracterização. Descrição da ocupação e visibilidade do solo e registo fotográfico.

Anexo 4. Figuras



Figura 1. Localização da Área de Incidência Directa do Projecto (polígono e linha) sobre Carta Militar de Portugal

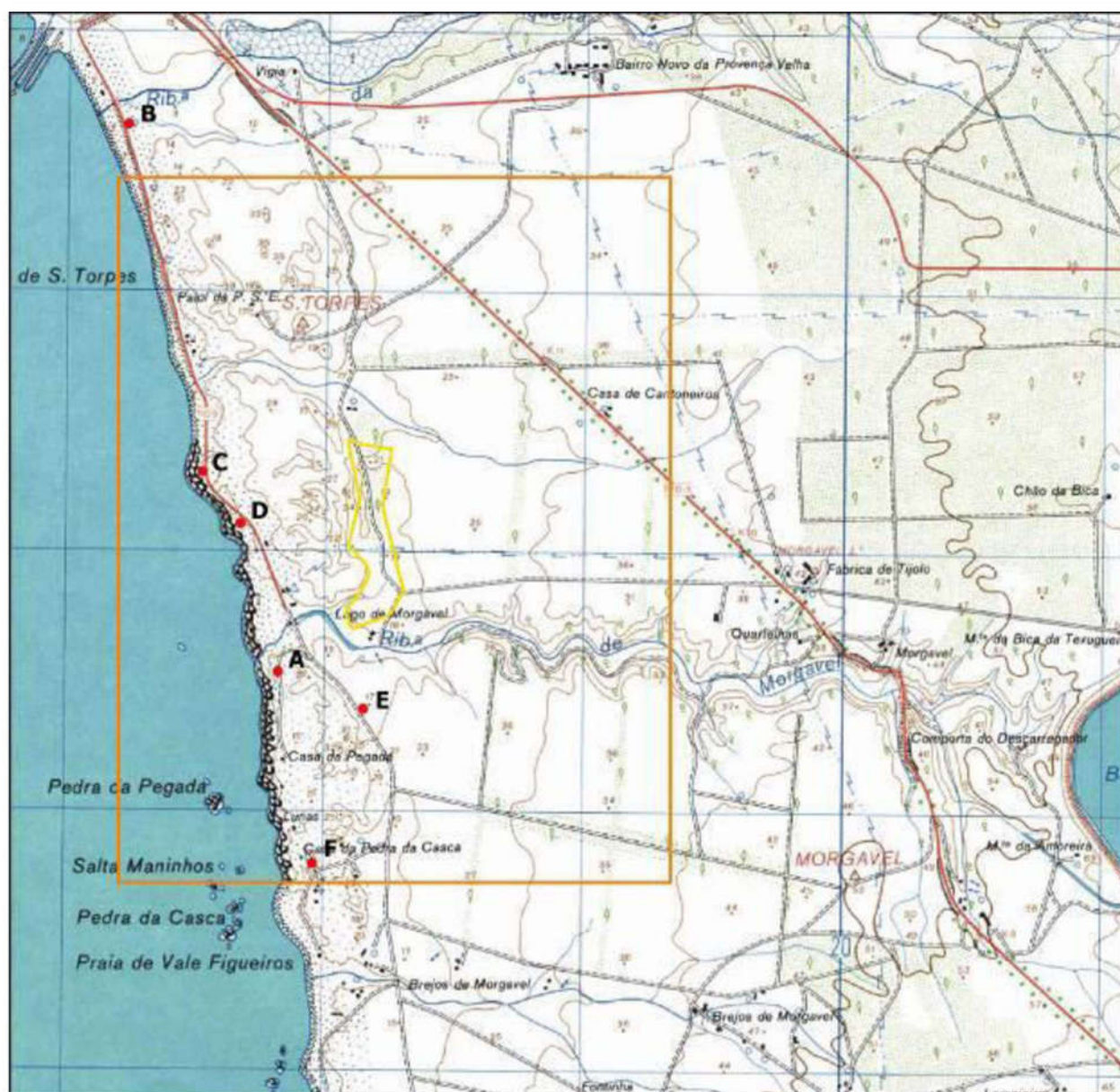


Figura 2. Ocorrências identificadas na pesquisa documental sobre Carta Militar de Portugal.

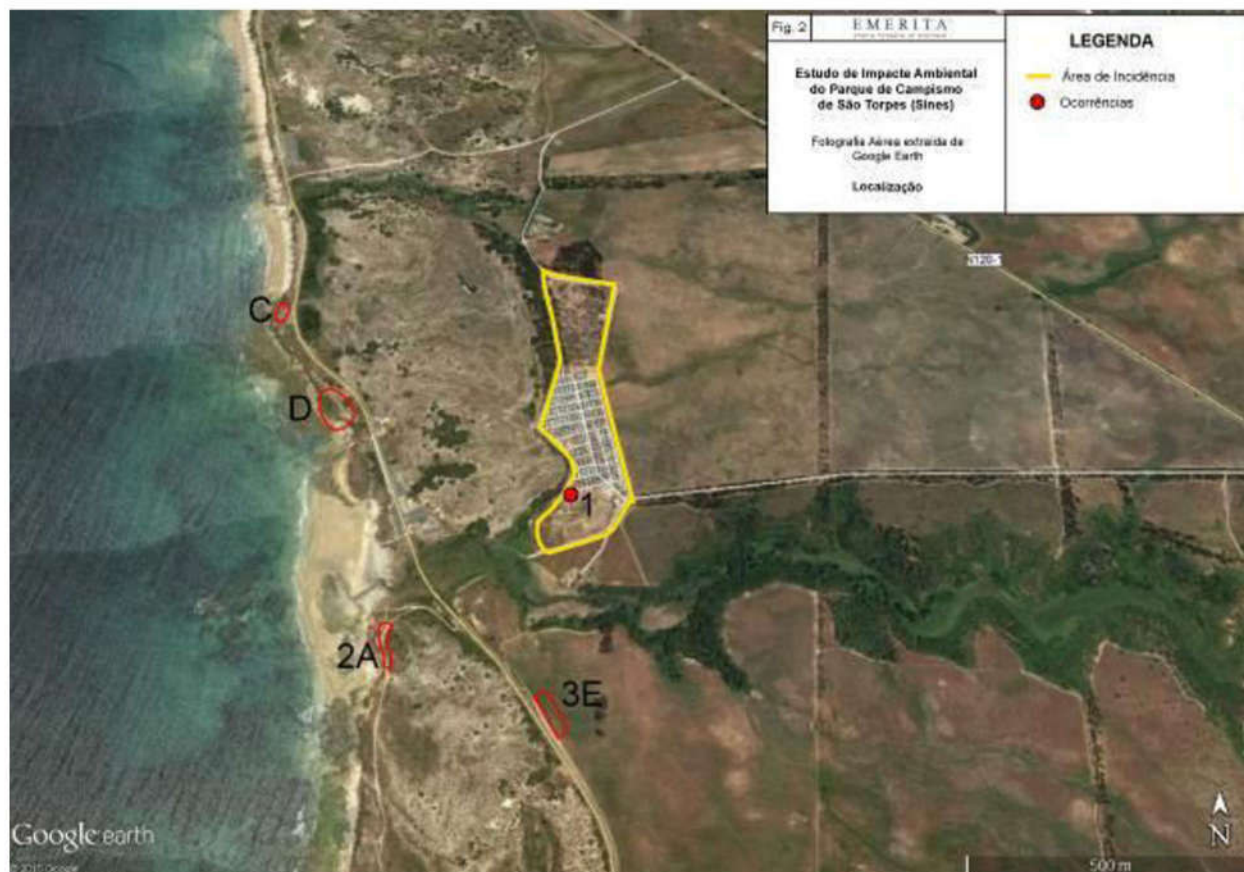


Figura 3. Ocorrências identificadas durante o trabalho de campo sobre ortofotomapa.

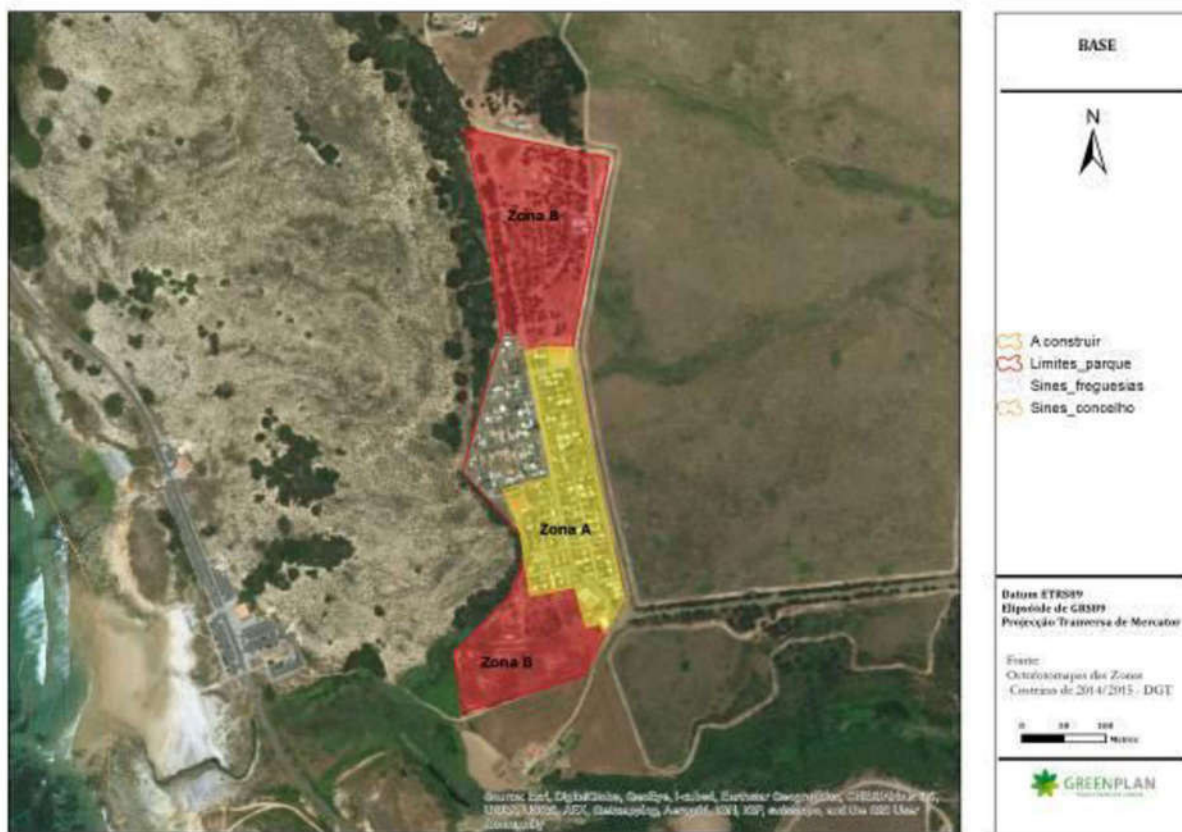


Figura 4. Zonamento (Visibilidade do solo) da prospecção arqueológica sobre ortofotomapa.

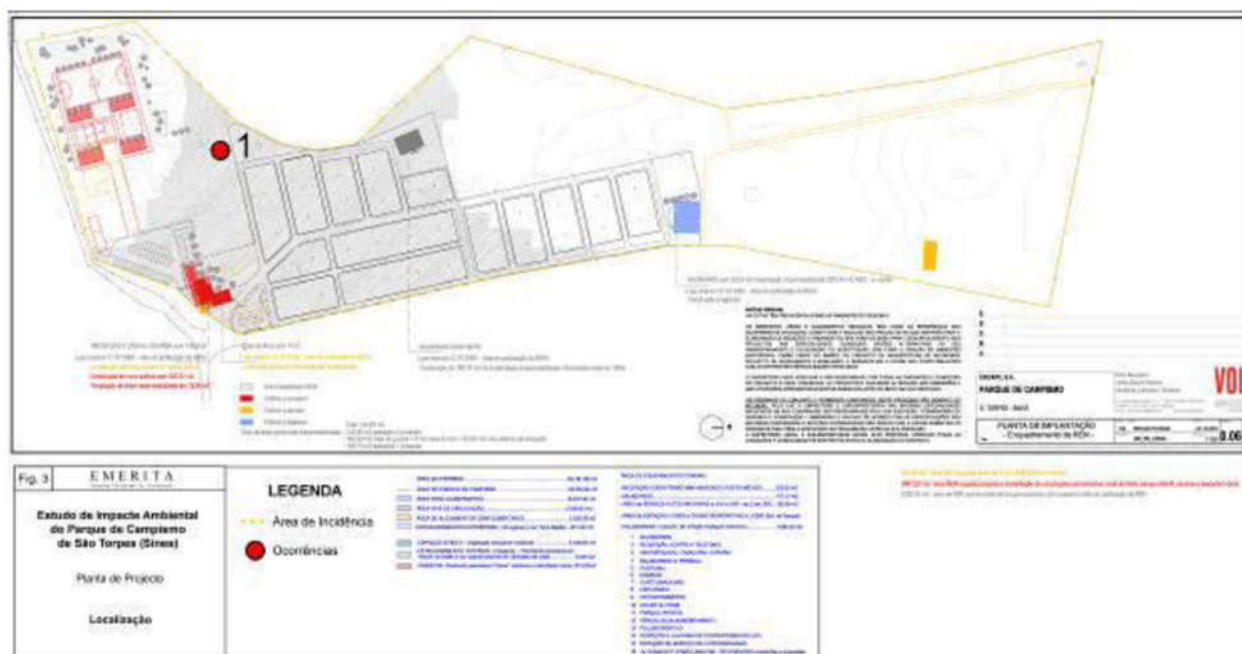


Figura 5. Planta de Projecto com localização da Ocorrência 1.

Anexo 5. Autorização dos trabalhos arqueológicos



DRCA 03/03/17 000582

Exmo. Senhor
Dr. Fernando Jorge Robles Henriques
Rua Nuno Álvares Botelho 16, 2º B
2800-172 ALMADA, Portugal

Sua referência	Sua comunicação	Ofício n.º	DRCALEN-S-2017/422640 (C.S:1166765)
		Data	02/03/2017
		Procº n.º	Ex-DRE/2017/15-13/31/PATA/8061 (C.S:156005)
		Cód.Manual	12.07.135

Assunto: PATA (Prospecção) - Pedido de Autorização de Trabalhos Arqueológicos de Prospecção para o Estudo de Impacte Ambiental do Parque de Campismo de São Torpes, Herdade de Morgavel, Sines - Fernando Jorge Robles Henriques - Emerita, Lda.
Parque de Campismo de São Torpes - Herdade de Morgavel São Torpes - Sines

Requerente: Fernando Jorge Robles Henriques

No âmbito das competências e atribuições desta Direção Regional, informo V. Exa. que foram autorizados os trabalhos arqueológicos mencionados em epígrafe, de acordo com a legislação em vigor, Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de Novembro, de acordo com despacho de 02/03/2017 do Sr. Subdiretor-Geral da DGPC, por delegação, DR 2ª Série, nº 96 de 18/05/2016, Despacho nº 6528/2016.

Deve ser comunicada à DRCA Alentejo a data do início dos trabalhos para efeitos de acompanhamento e fiscalização dos mesmos.

Com os melhores cumprimentos.

PA A Diretora Regional de Cultura do Alentejo

Ana Paula Amendoeira
Diretora Regional de Cultura do Alentejo
Ana Paula Amendoeira
Delegação da Competência nos termos
do despacho n.º 12728/2015, de 12 de Novembro

Rua de Burgos, 5 • 7000 - 863 ÉVORA • Tel.: 266 769 800 - 266 796 450 • Fax: 266 769 451
email: info@cultura-alentejo.pt



Anexo 6. Ficha de trabalho arqueológico

SÍTIO

Designação: Estudo de Impacte Ambiental do Parque de Campismo de São Torpes

Distrito: Setúbal

Concelho: Sines

Freguesia: Sines

Lugar: S. Torpes

CMP 1:25000 folha nº 526

Latitude: ---

Longitude W (Greenwich): ---

Altitude (m): 21m-18m

Tipo de sítio: Parque de Campismo

Período cronológico: Pré-História

Descrição do sítio (15 linhas): O fator património cultural que se pretende executar incide na área do Parque de Campismo de S. Torpes, que se encontra-se implantado em pleno Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, em área destinada para este uso, quer no âmbito deste Plano (POPNSACV), quer no Plano Director Municipal (PDM). O prédio onde se implanta o Parque de Campismo encontra-se previsto na Planta de Síntese do PDM, para esta utilização, com a mesma configuração, ainda que deficientemente implantado em desenho (art.º 52º do Regulamento do PDM), aprovado em data anterior à publicação da R.E.N.. Trata-se de uma área relativamente plana, pouco arborizada, localizada a nascente da duna e paralela à linha de costa. Confinante com o prédio a Sul, encontra-se a ribeira de Morgavel. O terreno é acessível a partir do IC4 / N 120-1 por um caminho público que originalmente o atravessava, contornando-o actualmente. O projecto que se apresenta, obedece aos requisitos para a classificação de 3 estrelas, propondo-se soluções funcionais que correspondem ao programa pré-estabelecido pelo requerente, tendente a oferecer a máxima qualidade a este equipamento ainda que, ocupando apenas 25.000m² dos 84.103,87m² do prédio do requerente. Deste modo, a Área de Incidência (AI) do Projecto corresponde aos 2,5 hectares, destinados a ETAR e ampliação/remodelação da zona residencial.

Bibliografia: AAVV (2012): *Dicionário de Arqueologia Portuguesa*, Coord. Geral Jorge de Alarcão e Mário Barroca, Figueirinhas – Porto; ALVES, Francisco J. S.; REINER, Francisco; ALMEIDA, Mário J. R.; VERÍSSIMO, Luís (1988 – 1989): “Os Cepos de Âncora em Chumbo Descobertos em Águas Portuguesas – Contribuição para uma Reflexão sobre Navegação ao Longo da Costa Atlântica da Península Ibérica na Antiguidade”, in *O Arqueólogo Português*, série IV, 6 / 7, pp. 109 – 185; ARNAUD, José Morais (1987): “Os Concheiros Mesolíticos dos Vales do Tejo e Sado: Semelhanças e Diferenças”, in *Arqueologia*, número quinze, G. E. A. P., Porto, pp. 53 – 64; BREUIL, Henri, ZBYSZEWSKI, Georges e FRANÇA, José Camarate (1946): “Contribution à l'étude des industries paleolithiques des plages quaternaires de l' Alentejo Litoral”, in *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, Lisboa, 27, pp. 269-334; CARDOSO, João Luís (2007): *Pré – História de Portugal*, Universidade Aberta; CARNEIRO, André (2009): *Itinerários Romanos do Alentejo. Uma releitura de As Grandes Vias da Lusitânia – O Itinerário de Antonino Pio de Mário Saa, cinquenta anos depois*, Lisboa, Edições Colibri; FERREIRA, Carlos Jorge Alves, LOURENÇO, Fernando Severino, SILVA, Carlos Tavares da e SOUSA, Paula (1993): *Património Arqueológico do Distrito de Setúbal. Subsídios para uma carta arqueológica*, Setúbal: Associação de Municípios do Distrito de Setúbal; MATTOSO, José; DAVEAU, Suzanne; BELO, Duarte (2010) – *PORTUGAL – O Sabor da Terra*, 2ª Edição, Temas e Debates - Circulo de Leitores; “Parque de Campismo de S. Torpes - Projecto Base de Arquitectura” (2014): *Memória Descritiva e Justificativa*, ESCAPE, Sociedade de Campismo e Hotelaria de Ar Livre, S. A., VOL *Arquitectos e associados*; RAPOSO, Luís (1997): “O Mirense e os Machados Mirenses. Algumas Reflexões em Voz Alta”, in *Setúbal Arqueológica*, vols. 11 – 12, pp. 109 – 120; SANTOS, Manuel Faria; SOARES, Joaquina; SILVA, Carlos Tavares da (1974): “Necrópole da Provença (Sines). Campanha de Escavações de 1972”, in *Arqueologia e História*, vol. V, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, pp. 69 – 100; SILVA, Carlos Tavares da e SOARES, Joaquina (1980): “Cemitérios de cistas da Idade do Bronze da área de Sines”, in *Arqueologia*, Porto, 1, p. 24-28; SILVA, Carlos Tavares da e SOARES, Joaquina (1981): *Pré-História da Área de Sines*, Lisboa: Gabinete da Área de Sines, p. 231; SILVA, Carlos Tavares da (1982): “Defesa do Património arqueológico na área de Sines”, in *Al-madan*, Almada, 1.ª série: 0, pp. 11-14; SILVA, Carlos Tavares da e SOARES, Joaquina (1984): “A estratégia do povoamento dos Chãos de Sines durante a Pré-História”, in *Volume d'hommage au geologue G. Zbyszewski*, Paris: Recherche sur les Civilisations, pp. 393-410; SOARES, Joaquina (1996): “Padrões de povoamento e subsistência no Mesolítico da Costa Sudoeste Portuguesa”, in *Zephyrus*, 49, p. 109-124; SOARES, Joaquina (1996): “Na Busca de um Passado Comum: O Neolítico e as Origens do Megalitismo”, in *Al – Madan*, 1ª série, n.º 5, Outubro, pp. 37 – 45; VILHENA, Jorge (2017): *Ecovia/Ciclovía do Litoral Sudoeste - concelho de Sines*, *Descritor de Património Histórico Arquitectónico e Arqueológico do Estudo de Impacte Ambiental*; ZBYSZEWSKI, Georges (1943): “La



classification du paléolithique ancien et la chronologie du quaternaire de Portugal en 1942", in Boletim da Sociedade Geológica de Portugal, 2, 2/3. Porto: Instituto de Alta Cultura, pp. 3 - 111.

Proprietários: ESCAPE – Sociedade de Campismo e Hotelaria de Ar Livre, S.A.

Classificação: não tem

Legislação: ---

Ameaças: Construção de ETAR e ampliação/remodelação da zona residencial.

Protecção/vigilância: Acompanhamento Arqueológico

Acessos: O terreno é acessível a partir do IC4 / N 120-1 por um caminho público que originalmente atravessava o parque de campismo, contornando-o actualmente.

ESPÓLIO

Descrição: Achado isolado. Lasca de quartzo identificada em caminho. Perto de área de lavagem de autocaravanas, a superfície desgastada / lavada pela passagem constante de água. Observação efectiva limita-se ao acesso. Será, eventualmente, enquadrável em Período Holocénico.

Local de depósito: Ao cuidado do arqueólogo coordenador.

TRABALHO ARQUEOLÓGICO

Arqueólogo responsável: Fernando Jorge Robles Henriques.

Tipo de trabalho: Prospecção.

Datas: 18 de Março de 2017.

Projecto de investigação: ---

Objectivos (10 linhas): Trabalhos de prospecção sistemática na área de incidência do Projecto (corresponde ao polígono delimitado na cartografia).

Resultados (15 linhas): A Situação de Referência do descritor Património foi actualizada com base em pesquisa documental e trabalho de campo. No âmbito da prospecção arqueológica identificou-se uma ocorrência de índole arqueológica. A Ocorrência 1 corresponde a achado isolado, tal como descrito anteriormente.

Exmo. Senhor
Dr. Fernando Jorge Robles Henriques
Rua Nuno Álvares Botelho 16, 2º B
2800-172 ALMADA, Portugal

Sua referência	Sua comunicação	Ofício n.º	DRCALEN-S-2017/422640 (C.S:1166765)
		Data	02/03/2017
		Process. n.º	EX-28-2017/15-1381/PAT/ABOR (C.S:158025)
		Assinatura	20/03/17

[illegible]

No âmbito das competências e atribuições desta Direção Regional, informo V. Ex. que foram autorizados os recursos tecnológicos mencionados em anexo, de acordo com a legislação em vigor, Decreto-lei nº 184/2014, de 4 de Novembro, de acordo com despacho de 02/03/2017 do Sr. Subdiretor Geral da DGPC, por delegação, DR 2ª Série, nº 96 de 18/03/2016, Despacho nº 6528/2016.

[illegible]

Com os melhores cumprimentos.

P1

A Diretora Regional de Cultura do Alentejo

~~Directeur de Services des Fonds Culturels~~

João Dchôa Pires

Ana Paula Amendoeira

Definição de Competências nos termos

De acuerdo a.º 12/20/2015, de 12 de Noviembre

Esta página foi deixada propositadamente em branco

Anexo 9 – Análise de exposição do projeto

Esta página foi deixada propositadamente em branco

RELATÓRIO SAÍDA DE CAMPO

Exposição da Área de Projeto

LOCAL: São Torpes - Sines

DATA: 07 e 08 de Março de 2016

Listagem de pontos visitados e respetivo registo fotográfico.

A Exposição foi dividida em 4 categorias, **Nula**, **Ténue**, **Moderada**, **Elevada**

Foram identificados igualmente os principais recetores em cada ponto, assinalando-se sempre que pertinente os considerados sensíveis (*).

#	Ref. interna	Recetor	Exposição Projeto
Projeto	N.A.	N.A.	N.A.





#	Ref. interna	Recetor	Exposição Projeto
1	71_909-911	Praia*	Nula



#	Ref. interna	Recetor	Exposição Projeto
2	72_912-913	Sonega*	Nula



#	Ref. interna	Recetor	Exposição Projeto
3	73_917	EN	Nula



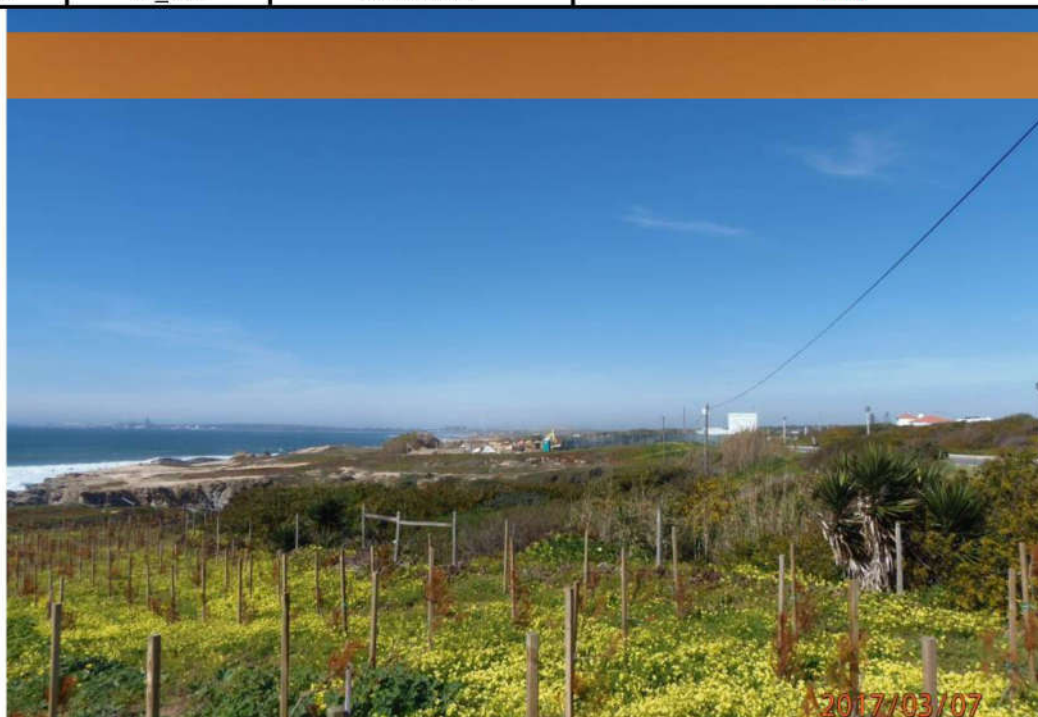
#	Ref. interna	Recetor	Exposição Projeto
4	74_918	EN	Nula



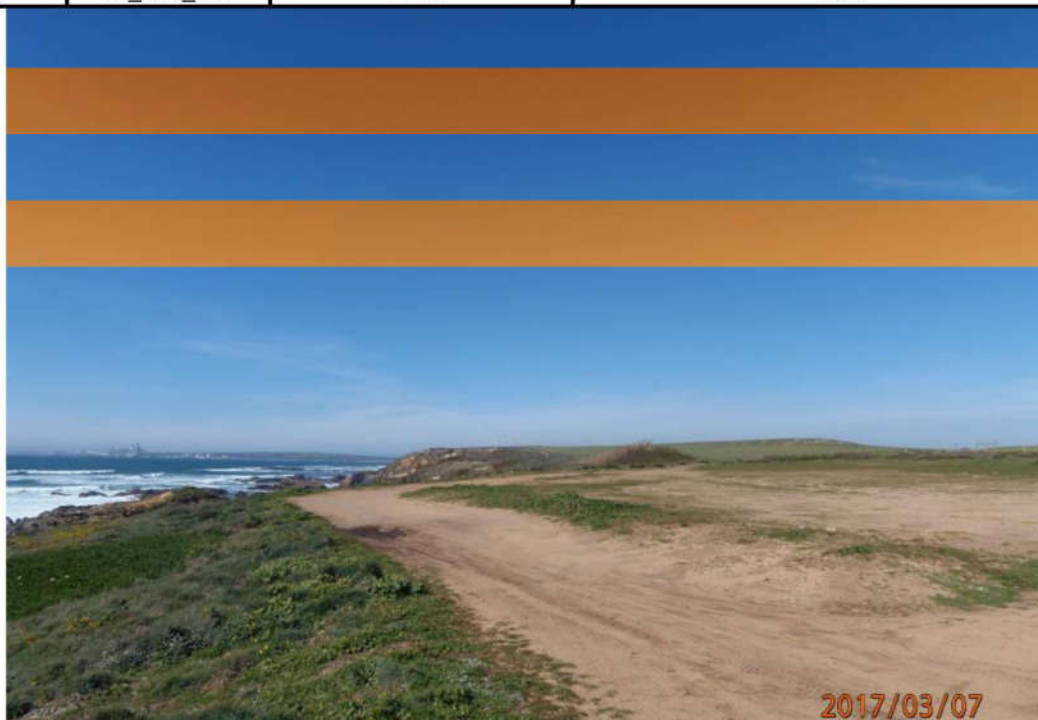
#	Ref. interna	Recetor	Exposição Projeto
5	75_919_920	EN	Nula



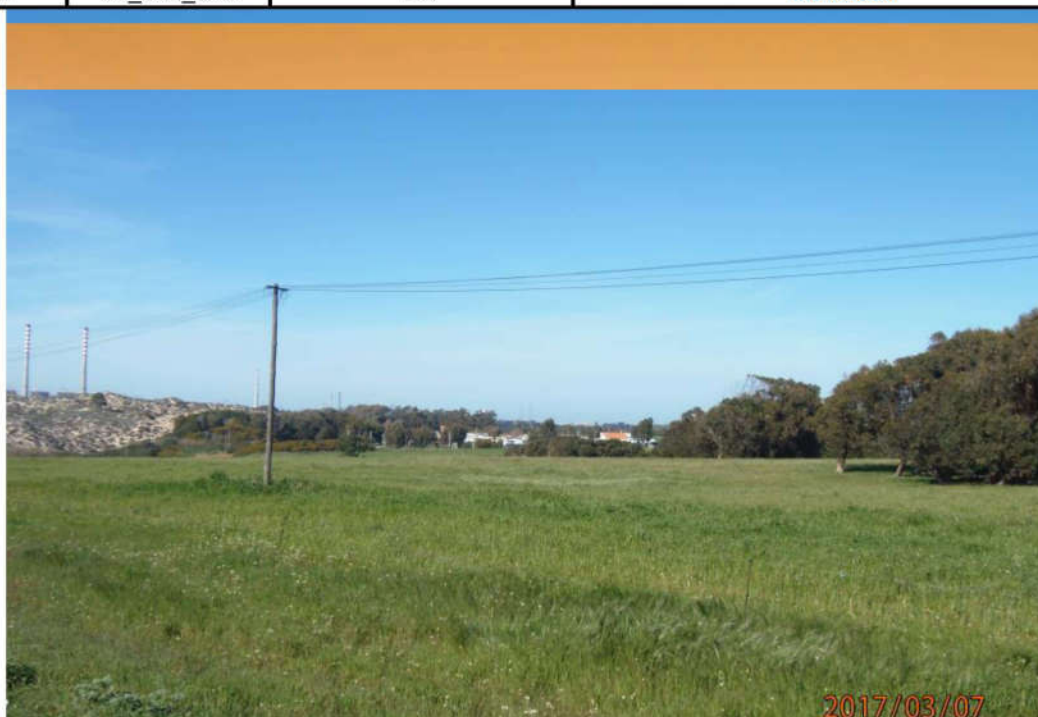
#	Ref. interna	Recetor	Exposição Projeto
6	77_923	Porto Covo*	Nula



#	Ref. interna	Recetor	Exposição Projeto
7	78_924_927	Praia*	Nula



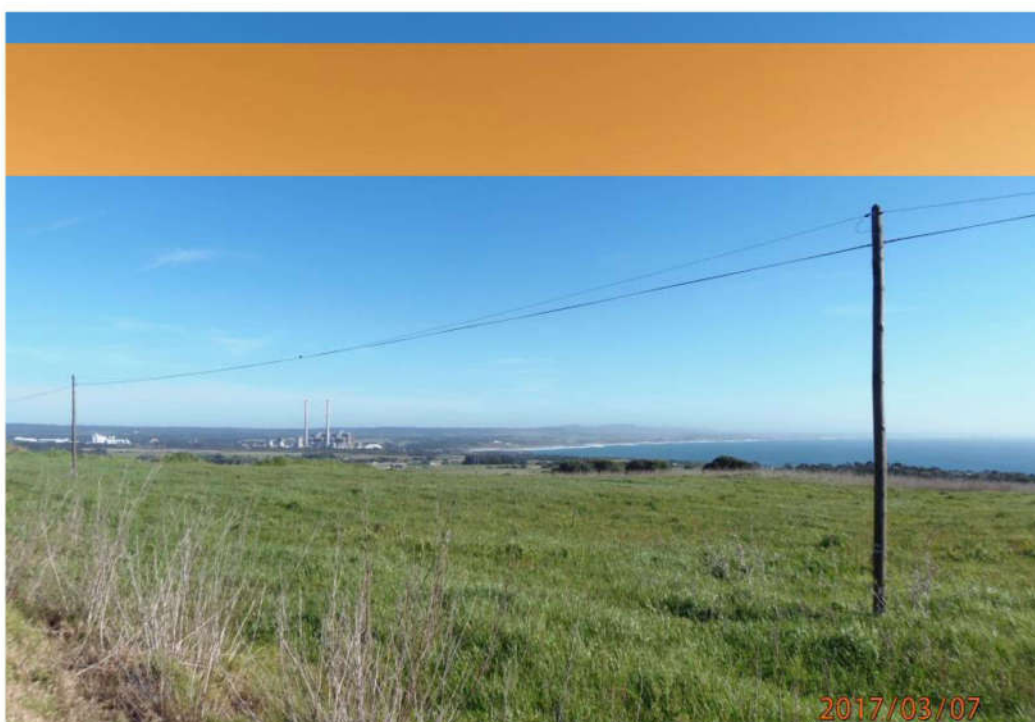
#	Ref. interna	Recetor	Exposição Projeto
8	79_939_942	EN	Moderada



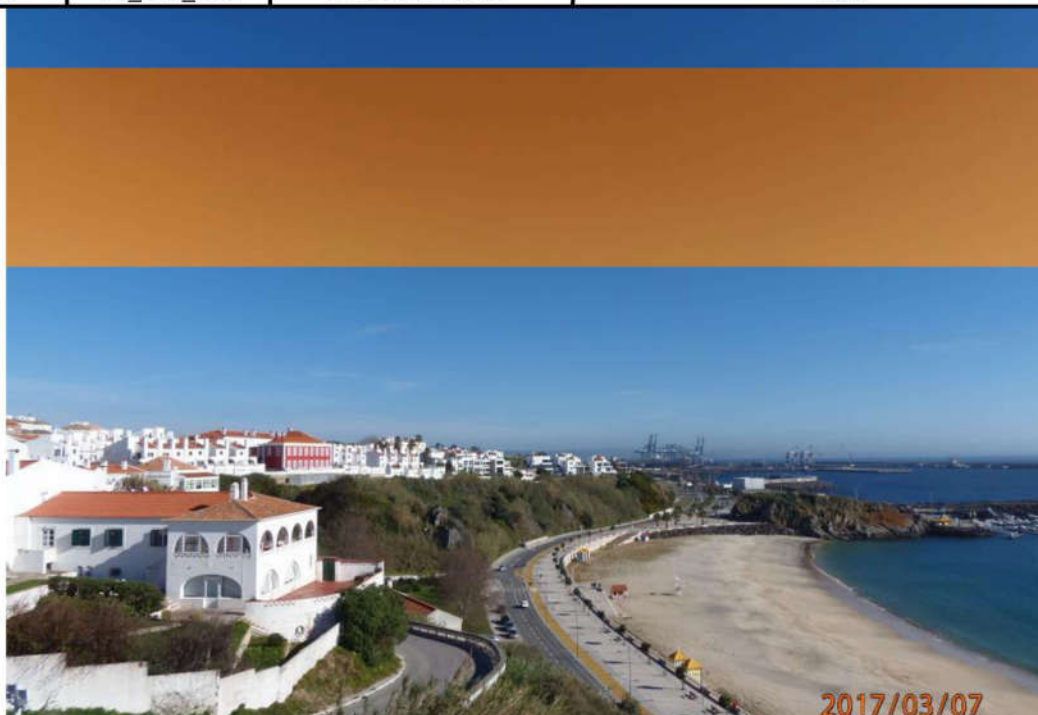
#	Ref. interna	Recetor	Exposição Projeto
9	80_943	Praia*	Nula



#	Ref. interna	Recetor	Exposição Projeto
10	81_946_947	Periferia Sines*	Nula



#	Ref. interna	Recetor	Exposição Projeto
11	82_948_949	Castelo de Sines*	Nula



#	Ref. interna	Recetor	Exposição Projeto
12	83_956_958	Poiol*	Nula



#	Ref. interna	Recetor	Exposição Projeto
13	84_959_960	EN	Nula



#	Ref. interna	Recetor	Exposição Projeto
14	85_961	EN	Ténue



Anexo 10 – Mapas de ruído

Esta página foi deixada propositadamente em branco



Legenda

Limite da área de intervenção



Limite do Prédio Rustico



Recetores Individualizados



Níveis em dB(A), a 4 metros acima do solo:



Métodos de cálculo:

Rodovia: NMPB'96

Malha de Cálculo: 5x5 metros

Ano de Resultados:

Fase de Exploração

 GREENPLAN		 SCHIU Eng. de Vibração e Ruído, Unip., Lda. Divisão de Ambiente Exterior Av. Vilas de Milreu, Bloco E, Lote E, Est. 8005-466 Faro Tlf. 289 998 009 - schiu@schiu.com - www.schiu.com		Fech.	Elab.	Sistema de Referência		Título:	Designação:	Des.:
				Doc.	Verif.	RDL	PT-TM06-ETRS89			
				2017AD045-001V02-000enh32-1v02		RDL	Escala numérica: H = 1:8000	A2-1		
				2017AD045-001V02-RDL		VCR	Escala gráfica:	Folha:		
							0 20 40 60 80 100 (m)	Data: Maio 2017		
								1/1		



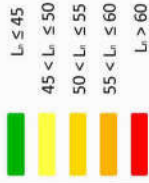
Legenda

Limite da área de intervenção

Limite do Prédio Rustico

Recetores Individualizados

Níveis em dB(A), a 4 metros acima do solo:



Métodos de cálculo:

Rodovia: NMPB'96

Malha de Cálculo:

5x5 metros

Ano de Resultados:

Fase de Exploração

Des.:	A2-2	
	Data:	Folha:
Mapa de Ruído Particular para o indicador Ln Fase de Exploração		1/1
Designação:		
ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL DA REMODELAÇÃO DO PARQUE DE CAMPISMO DE SÃO TORPES		
Título:		
Sistema de Referência		Elab.
PT-TM06-ETRS89		RDL
Escala numérica: H = 1:8000		Verif.
Escala gráfica:		VCR
0 80 160 (m)		
Fich.:	2017AD045-001V02-DesenhoA2-2x02	
Doc.:	2017AD045-001V02-RDL	
SCHIU Eng. de Vibração e Ruído, Unip., Lda. Divisão de Ambiente Exterior Av. Vilas de Mirim, Bloco E, Lote E, Estoril, 2749-466 Faro Tlf. 289 998 009 - schiu@schiu.com - www.schiu.com		
GREENPLAN		